

Relatório do Conselho de Administração referente à actividade e às contas de 2007 da TECNICRÉDITO SGPS, S. A.

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Relatório e as Contas da Tecnicrédito SGPS relativos ao ano de 2007.

Síntese dos principais acontecimentos do ano

O Resultado Líquido Consolidado de 2007 situou-se nos 36,1 milhões de euros que compara com os 33,3 milhões de euros do ano anterior, traduzindo um crescimento de 8,5%. Esta evolução positiva deve-se basicamente ao crescimento da actividade e ao bom desempenho das operações desenvolvidas em Portugal e na Hungria.

No seu conjunto a actividade do Grupo traduziu-se na concessão de 455,8 milhões de euros de crédito, decorrentes da celebração de 67.020 novos contratos. Face ao ano de 2006 o número global de contratos e o crédito concedido apresentaram um crescimento de respectivamente 14,1% e 9,0%, reflectido num crescimento líquido da carteira de crédito de 15% e com um valor a situar-se perto dos mil milhões de euros (líquido de imparidade).



Nota: estes valores não incluem cartões de crédito

A actividade em Portugal teve um desempenho positivo face ao ano anterior. Os 342 milhões de euros de crédito

concedido representam um crescimento de 10,6% face aos 309,1 milhões de euros de 2006.

No estrangeiro, a actividade desenvolvida pelo Grupo continuou a crescer gerando 113,9 milhões de euros de crédito face aos 109,1 milhões de 2006. A filial da Hungria contribuiu com 66,2 milhões de euros de crédito e as sucursais de Espanha, Eslováquia e Polónia, com 47,7 milhões de euros. Mais adiante analisaremos em detalhe as operações e linhas de negócio responsáveis por esta evolução.

Em Janeiro de 2007 ocorreu a alteração da sede e objecto social do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság (antiga Tecnicrédito Hungria), na sequência da sua transformação em Banco ocorrida no ano anterior. Esta alteração de estatuto, para além de contribuir positivamente para a imagem da instituição, permitirá a essa sociedade alargar o leque de produtos oferecidos aos seus clientes.

Em Fevereiro teve início a actividade comercial da Sucursal do Banco Mais na Polónia. À semelhança do que tem vindo a acontecer nos outros países onde o Grupo opera, a primeira aproximação ao mercado é cautelosa, de modo a adequar gradualmente os seus produtos, sistemas e processos às diferentes realidades locais.

Em linha com a estratégia de internacionalização, seguida pelo Grupo, a Tecnicrédito SGPS adquiriu, conjuntamente com a Société Générale, um grupo financeiro brasileiro especializado no crédito ao consumo composto pelo Banco Pecunia, pela Credial e pela Dial. A compra, apesar de outorgada desde 2006, foi autorizada pela presidência do Brasil em Março de 2007. A Tecnicrédito SGPS detém uma participação correspondente a 30%, cabendo os restantes 70% à Société Générale.

Em 7 de Dezembro de 2007, o Banco Mais, S.A. concretizou uma nova operação de titularização, a Bmore Finance N°5. Trata-se de uma operação integrada que se fará em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper*, com um

prazo de 36 meses durante os quais o Banco tem a faculdade de ceder novas tranches, incrementando assim o valor total dos activos cedidos. A segunda fase consiste num normal programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite máximo fixado para esta operação foi de 400 milhões de euros, sendo que os activos cedidos em Dezembro totalizaram 100 milhões de euros.

A colocação da operação Bmore N°5 foi concretizada com grande sucesso, tendo permitido ao Banco Mais obter um encaixe de 100 milhões de euros com custos bastante atractivos, apesar da instabilidade que marcou os mercados financeiros a partir do segundo semestre de 2007.

20 Anos de Actividade

Em 2007 o Banco Mais comemorou o seu vigésimo aniversário.

A ocasião é motivo de muito orgulho para a Administração que ao longo de 20 anos procurou desempenhar a sua actividade regendo-se pelos princípios da competência, rigor e inovação, juntamente com uma forte aposta na qualidade do serviço como factor de crescimento e distinção.

Na sua Convenção Anual, que este ano se realizou no emblemático espaço do Convento do Beato em Lisboa, o Banco Mais teve ocasião de homenagear vários parceiros de negócio, que ao longo destes 20 anos contribuíram decisivamente para esta instituição se ter afirmado no mercado português do crédito ao consumo.

Quadro Geral da Economia

Enquadramento económico

O enquadramento económico internacional continuou durante 2007 a ser marcado pela evolução do preço internacional do petróleo, que atingiu em Novembro um record de 99,29 dólares por barril. Factores como os conflitos na Nigéria e Argélia, países que fazem parte da OPEP, um dólar fraco e uma crescente presença activa na

economia de países como a China e Índia foram determinantes em levar o preço do petróleo a máximos históricos.

O ano de 2007 foi também marcado pela crise do 'subprime' nos Estados Unidos, arrastando consigo os mercados financeiros em geral. Em consequência deste facto e de outros, a subida das taxas de juro repercutiu-se rapidamente nos mercados europeus.

País / Região	Crescimento anual do PIB		Taxa Inflação		Taxa desemprego		Défice Público	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
União Europeia	3.1%	2.9%	2.2%	2.1%	7.6%	6.7%	-1.6%	-1.0%
Zona Euro	2.6%	2.6%	2.2%	2.0%	9.2%	7.2%	-1.5%	-0.8%
Reino Unido	2.8%	3.1%	2.3%	2.4%	5.3%	5.3%	-2.7%	-2.8%
EUA	2.9%	2.0%	3.2%	2.7%	4.6%	4.6%	-2.6%	-2.7%
Japão	2.2%	1.6%	0.3%	0.0%	4.1%	3.6%	-4.1%	-3.9%
Asia Emergente	8.7%	8.5%	3.2%	4.2%	3.6%	3.5%	-1.5%	-1.3%
Economia Global	4.2%	3.9%	2.6%	2.7%	4.9%	4.6%	-1.5%	-1.4%

Com o objectivo de contrabalançar a situação no mercado de crédito americano, o FED determinou uma descida abrupta das taxas de juros nos Estados Unidos, o que levou à apreciação do euro, que atingiu uma taxa histórica de 1,4766 em Novembro. A valorização do euro é também atribuída à diversificação de reservas de moeda estrangeira do Governo chinês.

A situação nos Estados Unidos deteriorou-se no final do ano, com repercussões na taxa de desemprego que aumentou de 4,7% para 5%, a mais alta dos últimos dois anos, admitindo-se já a possibilidade de uma recessão nos Estados Unidos em 2008.

Média Mensal das Taxas de Câmbio de Referência			
Moeda	Dezembro 06	Dezembro 07	Variação 06/07
EUR/USD	1.321	1.470	11.25%
EUR/GBP	0.673	0.721	7.15%
EUR/JPY	154.820	164.270	8.10%
EUR/BRL	2.838	2.606	-8.16%

Na Zona Euro, o ano de 2007 foi marcado pela subida das taxas de juro que cresceram significativamente em relação ao ano de 2006. O Banco Central Europeu utilizou os juros a fim de combater a inflação, que tem vindo a aumentar devido a subida do preço do petróleo. Devido à crise nos Estados Unidos já aqui relatada, o cenário de subida das taxas de juro foi agravado a partir de meados do ano.

[Handwritten signatures and initials]

Taxas de Juros de Referência		
Pais / Região	Valor Dezembro 06	Valor Dezembro 07
EUA	5.25%	4.25%
Zona Euro	3.50%	4.00%
Reino Unido	5.00%	5.50%
Japão	0.25%	0.50%

De acordo com as projecções elaboradas pelo Eurossistema, os próximos dois anos apresentarão ainda algum crescimento da actividade económica. Fora da área do euro, as projecções apontam para um crescimento mais resistente e moderado, principalmente devido à expansão económica dos mercados emergentes.

Principais Indicadores económicos nos vários países onde o Banco Mais se encontra presente

A actividade económica na União Europeia terminou o ano de 2007 de forma pouco positiva, com sinais de abrandamento face ao terceiro trimestre. Apesar disso, as economias onde o Grupo actua apresentam indicadores em alguns aspectos positivos face ao ano anterior.

País	Crescimento PIB		Taxa Inflação		Taxa Desemprego		Défice Público	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Portugal	1.3%	1.9%	3.1%	2.4%	7.7%	8.0%	-4.6%	-3.0%
Espanha	3.9%	3.8%	3.4%	2.7%	8.5%	8.1%	1.6%	1.9%
Hungria	3.9%	2.0%	4.0%	7.7%	7.5%	7.3%	-9.2%	-6.4%
Eslováquia	8.3%	8.7%	4.3%	1.7%	13.4%	11.2%	-3.7%	-2.7%
Polónia	6.1%	6.5%	1.3%	2.5%	13.8%	9.4%	-3.8%	-2.7%
Brasil	3.7%	4.8%	3.1%	3.9%	8.4%	8.0%	-2.7%	-2.2%

Em Portugal, o ano de 2007 mostrou um ligeiro crescimento face ao ano de 2006. A economia continua a ter níveis baixos de consumo interno e um maior número de famílias em dívida. A taxa de desemprego continuou alta, mantendo ainda uma tendência de crescimento.

A economia Espanhola no ano de 2007 sofreu uma ligeira desaceleração no crescimento face ao ano de 2006, devido ao forte crescimento dos preços, o que levou a uma pequena redução no consumo das famílias. No entanto, a economia ainda continua a ter um forte nível de consumo e actividade interna.

O PIB da Hungria registou um decréscimo acentuado no ano de 2007 essencialmente devido ao impacto das austeras medidas fiscais implementadas pelo governo e

das altas taxas de juros utilizadas, em ambos os casos medidas destinadas a corrigir o défice público e controlar a inflação.

Relativamente à taxa de câmbio, o forint esteve muito menos volátil face ao Euro quando comparado com o ano de 2006. No final do ano o câmbio EUR/HUF era de 253,73, muito semelhante ao valor no final de 2006

Moeda		Dez-2006	Dez-2007
Forint Húngaro	EUR / HUF	251.77	253.73
Coroa Eslovaca	EUR / SKK	34.44	33.68
Zloti Polaco	EUR / PLN	3.83	3.59

A economia Eslovaca apresentou nos últimos anos um crescimento excepcionalmente forte, com o PIB a crescer 8,7% em 2007. Prevê-se que esta tendência se mantenha no futuro, juntamente com um crescimento do mercado de exportação devido ao aumento da produção de novos carros, o que irá ter um impacto positivo na indústria de exportação juntamente com uma redução do défice público. Presentemente, o governo tem focado os seus recursos na preparação do país para a adopção do Euro em 2009 e no desenvolvimento de uma estratégia de redução da desigualdade de desenvolvimento entre as regiões do país.

A Polónia, com uma das mais dinâmicas economias da Europa Central, mostrou em 2007 um crescimento do PIB de 6,5% face ao ano de 2006. A taxa de inflação continua relativamente baixa, embora uma certa pressão sobre os preços esteja a surgir. O novo governo, eleito em 2007, pretende promover condições para manter o crescimento económico, através de um conjunto de medidas como alterações na política fiscal e intensificação do processo de privatizações.

Mercado Automóvel

As vendas totais de automóveis ligeiros de passageiros na Europa atingiram 15.958.871 unidades em 2007, o que representa um aumento de 1,1% relativamente ao ano de 2006. Factores como a subida do preço do petróleo e alterações na fiscalidade são algumas das

causas para o moderado crescimento registado, ainda que nos novos membros da UE, onde a densidade de veículos por pessoas é mais baixa do que no resto da Europa e onde os consumidores têm um poder de compra cada vez maior, o crescimento registado em 2007 tenha sido cerca de 15%.

Nos países onde o Grupo se encontra a operar pudemos observar no ano de 2007 comportamentos diferentes nas vendas de veículos novos.

	Veículos Novos					
	2003	2004	2005	2006	2007	Var. 06/07
Portugal						
Mercado Líquido	189,828	197,521	203,443	194,702	201,868	3,68%
Hungria						
2003	2004	2005	2006	2007	Var. 06/07	
Mercado Líquido	208,428	207,055	201,413	187,676	176,978	-5,70%
Espanha						
2003	2004	2005	2006	2007	Var. 06/07	
Mercado Líquido	1,382,109	1,517,296	1,529,849	1,634,608	1,614,833	-1,21%
Eslováquia						
2003	2004	2005	2006	2007	Var. 06/07	
Mercado Líquido	57,513	57,430	56,916	59,084	59,700	1,04%
Polónia						
2003	2004	2005	2006	2007	Var. 06/07	
Mercado Líquido	353,635	318,111	235,504	239,038	293,319	22,71%

Ao contrário do ano de 2006, o mercado automóvel português encerrou o ano com um aumento que atingiu os 3,7% face ao ano anterior. Para além das razões macro económicas como a evolução do PIB, impulsionado em parte pelo aumento do consumo interno, a evolução da procura neste segmento de mercado também pode ter como explicação as alterações implementadas no âmbito dos incentivos ao abate de veículos em final de vida.

No mercado de usados, admite-se ter-se verificado uma ligeira subida face ao ano de 2006. Até Novembro de 2007, foram registados 546.154 veículos usados contra 531.626 em período homólogo de 2006.

Em Espanha o mercado automóvel de veículos novos registou em 2007 uma queda de 1,21% nas unidades vendidas, explicada em grande medida pelo aumento das taxas de juros e pelo elevado nível de endividamento das famílias. No mercado de usados, não há dados estatísticos disponíveis, mas crê-se que o mercado se manteve em linha com o ano anterior.

No mercado Húngaro as vendas de automóveis novos registaram em 2007 um decréscimo de 5,7% face a 2006. Este decréscimo está relacionado com o acentuado abrandamento da economia Húngara, especialmente na vertente da procura interna, causado por uma queda no valor dos salários em termos reais. Relativamente ao

mercado de financiamento automóvel, e de acordo com os dados da *Hungarian Leasing Association*, a queda foi menos acentuada em 2007 face ao ano de 2006, com um decréscimo de 1,3% no número de viaturas financiadas (novos e usados), o que indica um aumento da penetração neste sector.

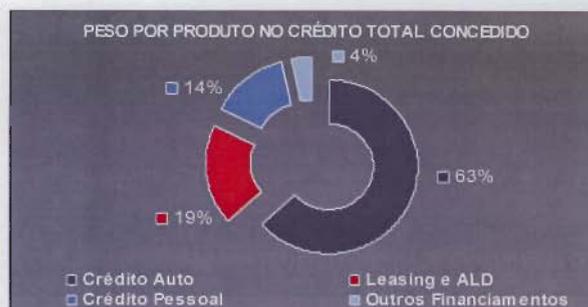
Na Eslováquia o mercado de automóveis novos apresentou um crescimento na ordem dos 1,04%. No segmento de usados, o número de viaturas financiadas cresceu 16,31% face ao ano de 2006, o que demonstra tratar-se de uma área de negócio com elevado potencial de crescimento. Relativamente a este segmento, o Banco Mais detém uma quota de mercado de 4,94%.

Na Polónia, o mercado automóvel encontra-se em grande expansão, com mais 22,7% de veículos vendidos face ao ano de 2006. A Polónia tem actualmente um dos mais baixos índices de venda de veículos por 1.000 habitantes. A média Europeia é de 33 carros e a média na Polónia é de oito, porventura explicado pela forte tendência à importação de carros, com quase um milhão de carros importados em 2007, um crescimento de 21,8% face ao ano de 2006.

Análise da Actividade por País

Portugal

A actividade em Portugal continuou a apresentar uma evolução positiva, tendo crescido 13,4% no número de contratos celebrados o que significa um total de 44.614 novos negócios, aos quais corresponde um volume total de crédito originado de 342 milhões de euros, mais 10,6% do que no ano anterior.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

A área do financiamento automóvel (incluindo Crédito, Leasing e ALD) originou um volume de crédito de 281,1 milhões de euros, correspondente a 28.401 novos contratos, reflectindo deste modo um aumento, face a 2006, de 4,7% no valor financiado e de 1,7% no número de contratos.



No âmbito do Crédito Pessoal, observou-se em 2007 um acréscimo do crédito concedido de cerca de 53,7% atingindo os 46,7 milhões de euros, a que correspondeu uma produção de 12.939 novos contratos.

No Crédito Automóvel, o total de propostas recebidas em 2007 atingiu as 54.730 unidades. O nível de concretização das propostas situou-se nos 52%, ligeiramente abaixo do que no ano anterior, o que reflecte a manutenção de critérios de análise prudentes.

No Banco Mais, prosseguiu-se a actividade de *cross-selling* de seguros directamente e através da MARGEM – Mediação de Seguros, Lda, com os prémios globais originados no ano de 2007 atingindo 9,2 milhões de euros, que compara com os 7,4 milhões de euros do ano anterior, ou seja, 24% acima dos valores de 2006.

A concessão de crédito para aquisição de Máquinas Agrícolas também apresentou um crescimento positivo, com os novos contratos a ultrapassarem os do ano anterior em 25,8%, originando um total de crédito concedido de mais de 8 milhões de euros, cerca de 21% acima do valor registado em 2006.

O produto de Crédito Stock, lançado no final do primeiro semestre de 2006 tem-se afirmado como uma importante

ferramenta de fortalecimento das relações entre o Banco Mais e os seus parceiros de negócio. No final do ano de 2007 registava-se um total de 270 acordos activos, com *plafonds* aprovados de 15,6 milhões de euros tendo sido financiadas durante o ano um total de 4.986 viaturas originando um total de 50,06 milhões de euros de valor financiado.

No segmento dos produtos de Crédito Lar e Saúde, a actividade evoluiu de forma significativa, em parte devido a um esforço comercial mais direccionado e especializado. A produção em 2007 duplicou face ao ano anterior tendo sido celebrados 2,374 contratos com um volume total de crédito concedido de 4,4 milhões de euros.

2007 foi o primeiro ano completo de colocação regular de cartões de crédito (iniciada em Julho de 2006), tendo o Banco já alcançado uma penetração de cerca de 16% de cartões na base de clientes.

Em Portugal foi mantida a política de concessão de crédito, tendo, no entanto, sido substituída uma das principais ferramentas de análise de crédito – o *scoring* de admissão. Das restantes ferramentas de análise é de destacar a excelente contribuição proveniente da Central de Riscos do Banco de Portugal.

No âmbito da abordagem avançada de cálculo dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito introduzida por Basileia II, o Banco Mais desenvolveu novos modelos de *scoring* com o apoio de uma consultora internacional, nomeadamente o modelo de admissão, o modelo de acompanhamento e o modelo de recuperação. O modelo de admissão encontra-se implementado e em utilização como ferramenta na análise das propostas de crédito em Portugal desde o início de 2007. Os modelos de acompanhamento e de recuperação foram desenvolvidos durante 2006 e 2007, estando o primeiro implementado desde o final de 2007 e estando prevista a implementação do segundo durante o ano de 2008.

Durante o presente ano, deu-se continuidade ao crescimento da influência dos modelos estatísticos de

análise de risco na decisão de crédito e reforçou-se a actividade do *Contact Center*, responsável por todos os contactos com clientes em situações de incumprimento menos graves. Os contactos de maior complexidade e gravidade mantiveram-se como incumbência das equipas regionais, de modo a permitirem uma cobertura total do território nacional.

Em termos de Resultado Líquido obtido, a actividade em Portugal apresentou um valor final de 27,6 milhões de euros.

Hungria

A actividade na Hungria continuou a apresentar um desempenho bastante positivo, contrariando a tendência do sector automóvel naquele país. Com taxas de crescimento na ordem dos 30%, quer em número de contratos celebrados (15.937 face aos 12.288 de 2006), quer em crédito concedido (66,2 milhões de euros *versus* 50,3 no ano anterior), este desempenho permitiu ainda assim um forte crescimento na quota do Bank Plus Hungria com especial destaque para o financiamento de viaturas usadas. Os contratos celebrados na Hungria são na sua maioria denominados em moeda estrangeira, com largo predomínio do Franco Suíço.

Em 2007 foram recebidas 24.039 propostas de financiamento automóvel, das quais se concretizaram 62,5%.

No Bank Plus Hungria, a análise e controlo do risco associado às propostas e aos preconizadores é feita pelo departamento central de análise de crédito, com o auxílio do sistema de *scoring*, metodologia aliás consistente com as políticas gerais definidas pelo Grupo. Também no âmbito das alterações introduzidas por Basileia II, está em fase de conclusão o desenvolvimento dos novos modelos de admissão e de acompanhamento para o Bank Pus Hungria.

O Resultado Líquido obtido pelo Bank Plus Hungria foi de 8,6 milhões de euros, 15% acima do obtido em 2006.

Espanha

A Sucursal de Espanha celebrou em 2007 um total de 4.586 contratos, originando um volume de crédito concedido de 40,9 milhões de euros. O decréscimo na produção face ao ano anterior é o resultado de um conjunto de medidas que foram tomadas nas áreas operacionais e de análise de crédito com vista à melhoria da qualidade do crédito. Das 12.807 propostas recebidas foram concretizadas cerca de 36%, o que reflecte um elevado nível de prudência, em linha com as medidas atrás referidas.

Durante o ano em análise foi utilizado em Espanha o modelo de *scoring* especificamente desenvolvido para esta Sucursal. A utilização desta nova ferramenta permite uma análise de crédito mais homogénea e consistente com as políticas gerais de concessão de crédito dentro do Grupo e com a realidade local.

O Resultado Líquido obtido pela Sucursal Espanhola foi negativo em 985 mil euros, o qual foi bastante influenciado pela retracção da actividade e pela prudente política de constituição de provisões.

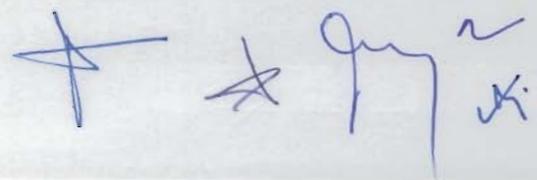
Eslováquia

Após um ano completo de actividade e ultrapassada a fase de adequação dos produtos ao mercado, a operação na Eslováquia apresenta boas perspectivas de desenvolvimento. A actividade nesse país praticamente duplicou em 2007, tendo sido gerados 1.478 contratos, com um total de crédito concedido de 5,1 milhões de euros. Foram recebidas 3.392 propostas de crédito tendo sido concretizadas cerca de 44% destas.

Apesar do Resultado Líquido negativo de 78 mil euros, merece realce a tendência favorável do resultado, que no segundo semestre de 2007 atingiu mesmo o *break even point*.

Polónia

A sucursal da Polónia, tendo sido constituída em 2006, iniciou a actividade comercial em Fevereiro de 2007. A produção foi naturalmente pouco expressiva - 405 contratos, correspondentes a um total de crédito



concedido de 1,7 milhões de euros – uma vez que o objectivo essencial numa fase de arranque é o de testar os produtos, os sistemas e os procedimentos em geral antes de incrementar significativamente a produção.

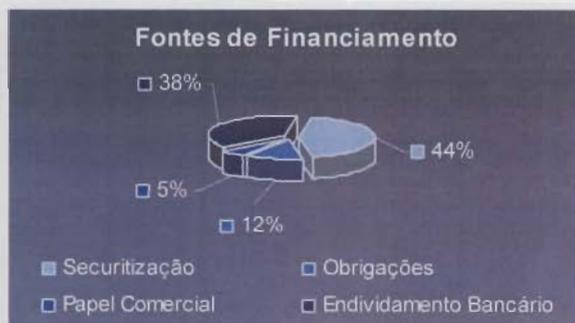
O Resultado Líquido cifrou-se nos 267 mil euros negativos, valor de acordo com o esperado para o primeiro ano de actividade, onde os gastos operacionais ainda superam em larga medida a margem financeira.

Brasil

No Brasil, a produção do Banco Pecúnia ascendeu a 392.318 novos contratos representando um volume de crédito concedido de 118,5 milhões de euros.

Nas contas consolidadas, a operação no Brasil contribuiu com 919,9 mil euros para os resultados do Grupo.

Captação de Fundos



O montante global associado à utilização dos programas de titularização de activos ascendia, no final do ano, a 372,0 milhões de euros, o que representa cerca de 44% (56% em 2006) dos fundos externos utilizados pelo Grupo.

Historicamente, os programas de titularização de activos têm possibilitado acesso aos mercados internacionais para captar fundos com um *pricing* muito atractivo. No entanto, na prossecução da estratégia de financiamento do Grupo adoptada de há dois anos a esta parte, que assenta primeiramente na diversificação das fontes de financiamento, e só depois na eficiência de custos, o Grupo tem logrado diminuir o peso das operações de titularização na sua estrutura de financiamentos. Em 2004, 74% dos fundos captados externamente pelo Grupo

provinham de títulos emitidos no âmbito daquelas operações, essa proporção baixou para 64% e 56% respectivamente em 2005 e 2006 e é de 44% em 31 de Dezembro, isto mesmo após o encaixe proveniente da BMORE5 – operação concretizada no final de 2007.

Em linha com essa estratégia, as empresas do Grupo têm assegurado o seu financiamento através da emissão de empréstimos sindicados, *bullets*, papel comercial e empréstimos obrigacionistas, que em base consolidada totalizavam, no final do ano, cerca de 448,0 milhões de euros (53% dos fundos captados *versus* 35% em 2006).

Na sua estrutura de *funding*, para além de uma composição diversificada de capitais alheios, o Grupo também financia a sua actividade através de fundos próprios, que em Dezembro de 2007 representam 20% do total do activo.

Relativamente à cobertura de risco de taxa de juro, o Grupo tem coberto uma parte significativa do risco, com recurso a operações de *swap* sobre taxas de juro.

Sistemas de Informação

Na sequência da evolução tecnológica ocorrida no ano de 2006 (entrada em funcionamento do novo *Datacenter* e aquisição de tecnologia IP-Voice para suportar o sistema de comunicação de voz e dados), foi criado na Direcção Informática de Portugal o Departamento de Sistemas, com vista a assegurar da melhor forma o correcto funcionamento dos sistemas de suporte às infra-estruturas de rede, dos sistemas centrais, servidores e bases de dados.

Também para dar resposta ao crescimento e às necessidades decorrentes dos projectos de internacionalização, foi criado centralmente um Departamento de Qualidade, Testes e Formação. Este novo serviço visa garantir a qualidade dos programas informáticos desenvolvidos internamente, de uma forma integrada em todos os países, através da realização de testes às aplicações desenvolvidas, da

disponibilização de manuais de utilização e de formação aos utilizadores.

No decurso do ano deu-se continuidade à implementação na Hungria, Espanha, Eslováquia e Polónia, das aplicações operacionais utilizadas em Portugal, garantindo assim a harmonização da gestão interna do negócio.

Em Portugal foi desenvolvida uma nova plataforma para o Net Crédito, mais flexível e mais ajustada às necessidades dos utilizadores.

Durante o ano em análise foi realizado um estudo de *Business Impact Analysis* (BIA) do qual resultaram dados importantes para o desenho do *Disaster Recovery Plan*, o qual se encontra em fase de implementação.

Recursos Humanos

O Grupo apresentou em 2007 um aumento de aproximadamente 12,5% do número total de colaboradores, passando de 463 no final de 2006, para 521 no período homólogo de 2007 (excluem-se deste número os recursos afectos à operação no Brasil). Este aumento deve-se essencialmente ao crescimento das equipas internacionais e também, em pequena parte, à equipa de Portugal adstrita a novos negócios.

Total Nº de Colaboradores por País - 2007

Portugal		Hungria		Espanha		Eslováquia		Polónia		Total	
2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
321	348	86	95	44	57	9	13	3	8	463	521

Do total de colaboradores, 51% têm formação académica superior.

Continua a ser motivo de realce a estrutura etária bastante jovem, com mais que metade dos colaboradores com idade inferior a 30 anos.

Do regular processo de Avaliação de Desempenho, realizado no final do ano de 2007, mereceu destaque o nível de satisfação dos colaboradores com as funções que desempenham bem como o elevado nível de satisfação

com o relacionamento entre as chefias e respectivas equipas.

Análise das Demonstrações Financeiras das Sociedades Objecto de Consolidação

Tecnicrédito SGPS – Contas Consolidadas

A Tecnicrédito SGPS apresentou em 2007, de acordo com as IAS, resultados consolidados antes de impostos de 45,7 milhões de euros, um crescimento de 4% face a 2006. No que se refere aos Resultados Líquidos, estes situaram-se nos 36,1 milhões de euros, o que traduz um aumento na ordem dos 8,5% em relação a 2006.

Para este resultado consolidado contribuíram decisivamente as operações de Portugal e Hungria. Ao nível do Balanço, destaca-se o Activo que atingiu em Dezembro o valor de 1.138 milhões de euros, cabendo à rubrica Crédito a Clientes 984 milhões de euros (líquido de imparidade), representando cerca de 86,5% do total do Activo.

A imparidade para riscos de crédito atingiu na sua totalidade os 91,5 milhões de euros que, face ao total do crédito em mora, se traduzem num rácio de cobertura de 93,4%.

Da Demonstração de Resultados é de realçar o crescimento de 18,7% dos proveitos operacionais, em larga medida influenciado pelo aumento dos resultados de serviços e comissões, onde estão incluídas as comissões provenientes do *cross-selling* de seguros e dos serviços prestados a clientes. A margem financeira aumentou 7,4% face ao ano anterior, apesar do aumento verificado durante o ano no custo de *funding*. Os proveitos financeiros a situarem-se nos 114,9 milhões de euros e os custos financeiros nos 37,9 milhões de euros, o que se traduz numa margem financeira de 77,1 milhões de euros.

A rentabilidade dos activos situou-se nos 4,4%, valor abaixo do registado em 2006 (4,9%), mas ainda assim excelente quando comparado com a média do sector.

O produto bancário sobre os activos líquidos médios aumentou em 2007 para 8,9% (face a 8,7% em 2006). Destaca-se mais uma vez o peso que tiveram nesses rácios os resultados obtidos em serviços e comissões.

No ano de 2007, o rácio *cost-to-income* situou-se nos 33,2% (33,6% em 2006), valor bastante favorável quando comparado com o sector e inclusive ligeiramente inferior ao registado no ano anterior.

Em termos individuais, a Tecnicrédito SGPS apresentou um Resultado Líquido de 16.774.733 euros, cuja proposta de aplicação do Conselho de Administração a apresentar aos Senhores Accionistas é:

Reserva Legal	1.677.473 Euros
Reservas Livres	9.497.260 Euros
Dividendo às 17.500.000 acções	5.600.000 Euros

Distribuição de Resultados

Face ao bom nível de resultados alcançado, a proposta a apresentar pelo Conselho de Administração aos Senhores Accionistas, de distribuição de um dividendo de 0,32 euros por acção, traduz em termos globais para as 17.500.000 acções da Tecnicrédito SGPS um total de 5.600.000 euros. Este nível de dividendos, face ao verificado no ano anterior, reflecte um incremento do rendimento proporcionado aos senhores accionistas de mais de 14% (0,28 euros por acção em 2006). Com este nível de dividendos permite-se simultaneamente reforçar de forma significativa os capitais próprios afectos aos negócios, uma vez que, à semelhança dos anos anteriores, cerca de 85% dos resultados consolidados obtidos são retidos para suportar o desenvolvimento do negócio.

Perspectivas para 2008

No ano já em curso, a actividade internacional da Tecnicrédito manterá o crescimento sustentado pelo fortalecimento da presença nos países onde actualmente se encontra, destacando-se a operação na Polónia, ainda em fase de adaptação ao mercado.

Paralelamente, a nível nacional, no que se refere ao crédito automóvel, o Banco Mais irá manter a forte presença no mercado onde tradicionalmente opera, sem prejuízo da sua estratégia de diversificação de produtos. Na área do crédito pessoal, a aposta será na diversificação dos produtos oferecidos e na exploração da oferta de produtos a novos perfis de clientes e novas bases de dados. O reforço do *cross selling* continuará a ser uma forte aposta.

Notas Finais

No sentido de cumprir com o artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais declara-se que não ocorreram, após o termo do exercício, factos relevantes não mencionados, estando a verificar-se um normal andamento dos negócios.

Por último, o Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos aos Senhores Accionistas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais, às Autoridades Monetárias que supervisionaram a actividade, aos Clientes, Instituições de Crédito e todos os Colaboradores que empenhadamente se têm dedicado no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração

Mário Leite Santos - Presidente

Manuel Cardoso Pinto Maria

Manuel Carvalho Fernandes

João Ibérico Nogueira

Vítor Farinha Nunes

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2007

Exmos. Senhores Accionistas da
Tecnicrédito SGPS, S.A.,

De acordo com o disposto nos artigos 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento das funções de Conselho Fiscal da **Tecnicrédito SGPS, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, tomámos conhecimento dos actos da Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do Relatório de Gestão e à verificação da correcção, tanto das Contas Individuais da Sociedade, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as alterações dos Capitais Próprios e as respectivas Notas Anexas como ainda das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Da Administração e dos Serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas Individuais da Tecnicrédito SGPS, S.A., relativos a 2007, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;
2. Os actos da Administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da Lei e dos Estatutos;
3. As Contas Consolidadas de 2007, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;
4. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas Notas.

Apreciámos ainda o **Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada**, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e tomámos conhecimento da sua **Certificação Legal das Contas de 2007**, à qual damos a nossa concordância.

Nos termos legais, tomámos conhecimento das Certificações Legais de Contas Individuais e Consolidadas, com cujos teores concordámos.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado Relatório de Gestão;
- b) A gestão da Sociedade exercida em 2007 pelo Conselho de Administração;
- c) As Contas Consolidadas de 2007, apresentadas pelo Conselho de Administração, bem como a parte correspondente do Relatório de Gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O Conselho Fiscal



António Freitas dos Santos (Presidente)



Manuel Rui dos Santos Caseirão (Vogal)

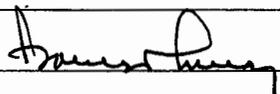


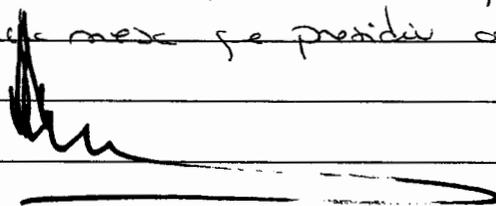
KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por
Jean-éric Gaign (ROC nº 1013)

retiraram os seus pedidos de renúncia aos respectivos cargos, assim como o Presidente e restantes membros do Conselho Real da Sociedade.

O Dr. Tomás Andrade Rocha, em representação dos accionistas minoritários da sociedade, a Auto-Industrial SA, propôs que em consequência da referida pelo Dr. António Leite Santos e Assembleia Geral fosse dada por terminada, retirando as propostas que tinha apresentadas relativas aos vários pontos de ordem de trabalhos.

O Presidente do Conselho solicitou aos restantes accionistas, se uma vez retiradas as propostas de accionista minoritário quanto aos diversos pontos de Ordem de Trabalhos e retiradas as cartas de renúncia por todas as renunciantes, os salares accionistas fossem ainda apresentadas novas propostas no âmbito de Ordem de Trabalhos de Assembleia. Como nenhum accionista apresentasse qualquer proposta quanto aos assuntos de ordem de trabalhos o senhor Presidente do Conselho decidiu encerrar a Assembleia Geral sem que qualquer dos assuntos constantes de ordem de trabalhos tenha sido objecto de qualquer deliberação. Nada mais havendo e tendo sido encerrada a sessão cerca das duas horas, sendo de seguida redigida e elaborada a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada por mim e presidido aos trabalhos.





Acta número setenta e seis

Aos dezatos dias do mês de Março de dois mil e oito, pelas duas horas, reuniram em Assembleia Geral na sede social, em Lisboa, no Av. 24 de Julho nº 58, os accionistas da Tecnidibis SPS, S.A.

Assumiu a presidência da assembleia o senhor Presidente do Conselho da Assembleia Geral, Senhor Dr. Francisco de Cunha Lucas o qual foi secretariado pelo Secretário do Conselho da Assembleia Geral, Senhor Dr. Tomás Andrade Rocha.

O Senhor Presidente do Conselho da Assembleia, após se ter certificado, através do exame da competente lista de presenças, que se encontravam presentes ou devidamente representadas 13.524.860 accções, correspondentes a cerca de 77,25% do

capital social, correspondente a igual percentagem dos direitos de voto, e que a convocatória da presente assembleia havia sido publicada em cabaze de Terceiro de dois mil e oitenta no portal de justiça do Ministério da Justiça e no jornal Diário Económico, informando e a Assembleia se encontrava validamente constituída e podia assim validamente deliberar sobre a matéria constante da referida ordem de trabalhos constituída pelas seguintes pontos:

1. Deliberação sobre o Relatório de Gestão, Balanço e Contas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e sobre o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2007.
2. Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados.
3. Procederem à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.
4. Deliberação sobre o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço e Contas consolidados da sociedade relativos ao exercício de 2007, apresentadas pelo Conselho de Administração e sobre o parecer do Conselho Fiscal relativo a esses mesmos documentos.

Dando início à ordem de trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Dr. Menio Leite Santos, Presidente do Conselho de Administração, o qual apresentou a evolução dos negócios na sociedade e nas suas participadas, ao longo de 2007.

Na sua exposição o Senhor Dr. Menio Leite Santos destacou:

- i. O bom nível de resultados alcançados pelo grupo, com um resultado líquido consolidado em €36,2 milhões, reflectindo desse modo um crescimento de 8,5% face ao ano anterior. Para este resultado contribuiu de forma muito decisiva o desempenho das operações de Portugal e de Hungria;
- ii. O bom desempenho comercial em Portugal, em especial do crédito pessoal, venda de seguros, máquinas agrícolas e contratos de crédito e em Hungria ao nível do crédito automóvel;
- iii. O facto, menos positivo, do crédito concedido em 2007 no estrangeiro ter registado um contributo para o crédito total concedido inferior ao do ano anterior;
- iv. A realização em Dezembro de uma nova operação de

liberalização (Banco 5), liderada pelo Fortis Bank;

v. A concretização, depois de obtenção do despacho Presidencial, de aquisição em conjunto com a Société Générale, de 30% de um grupo financeiro no Brasil, composto pelo Banco Pecuário, e Credial e a Dal;

vi. A actual crise dos mercados de crédito e de capitais, gerando grande ansiedade e volatilidade na generalidade das bolsas europeias;

vii. A tendência de deterioração de risco das operações, destacando-se pela positiva a Hungria e pela negativa Portugal e Espanha, com especial ênfase para esta última;

viii. Numa análise mais detalhada dos resultados obtidos, foi feita uma referência especial para o "excepcional nível de rácio "cost to income" registado em 2007, que se situa nos 33,2%, ou seja, ligeiramente melhor que no ano anterior; a maior nível de provisões constituídas e a grande contribuição dada pelo crescimento dos proventos oriundos de comissões e serviços prestados;

ix. Por fim o Senhor Presidente do Conselho de Administração sublinhou que no caso de 2008 seria dada especial atenção à evolução da situação de crise de liquidez e de confiança dos mercados, mas reforçou a ideia, já transmitida em anteriores Assembleias Gerais, de haver necessidade de manter o ritmo de crescimento da actividade e de controlar o risco de crédito e a fraude.

Depois de um breve período para troca de impressões, o Senhor Presidente da Assembleia Geral passou à votação de cada um dos pontos agendados, tendo sido deliberado:

1. Aproveitar por unanimidade o Relatório de Gestão, Balanço e Contas da sociedade, apresentados pelo Conselho de Administração e a parecer da Comissão Fiscal relativos ao exercício de 2007.

2. Aproveitar por unanimidade a proposta de aplicação de resultados, que consagra para o resultado líquido apurado, no valor de 16.774.733,00 Euros, a seguinte aplicação:

Reserva Legal	1.677.473,00 Euros
Reservas Livres	9.497.260,00 Euros
Dividendos em 27.500.000 ações	5.600.000,00 Euros

3. Aprova per unanimidade e proposta da Junta Accionista Da
Terra Andada Rocha de um voto de confiança e lisonja a Admi-
nistração e Fiscalização da sociedade e a cada um dos seus
membros pela forma como desempenharam os seus cargos no
exercício de 2023.

4. Aprova per unanimidade o Relatório Consolidado de Gestão, o
Balança e Contas consolidadas da sociedade relativas ao exercício
de 2023, apresentadas pelo Conselho de Administração eo parecer
do Conselho Fiscal relativos a estes mesmos documentos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, encan-
das as atas bñas, sendo de seguida redigido e elaborado o presente
acta se por ser assinado pelo modo se presidiu aos trabalhos.

[Handwritten signature]

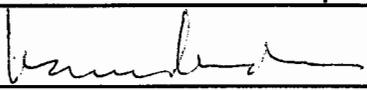
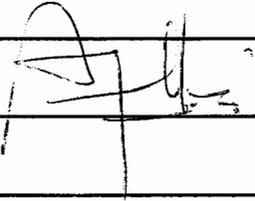
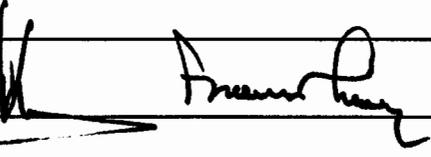
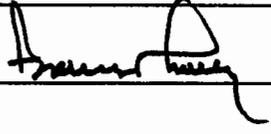
[Handwritten signature]

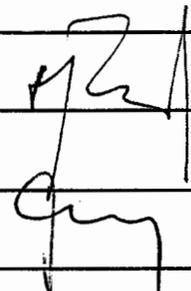


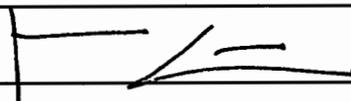
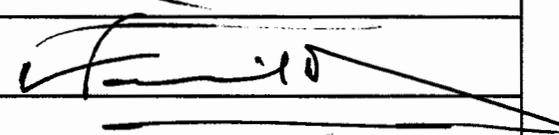
TecniCrédito
SGPS

Lista de presenças da Assembleia Geral da **Tecnicrédito SGPS, S.A.**, realizada a 18 de Março de 2008 na sede da sociedade sita na Avenida 24 de Julho, nº 98, em Lisboa, com o capital social de 17.500.000 Euros.

Lista de Presenças da Assembleia Geral

Nome do Accionista	Nº Acções	%	Assinatura do accionista ou representante
Afsa SGPS, S.A.	1,738,750	9.936%	
Ana Maria Atayde Martha Proença Rocha Freitas	148,174	0.847%	
Ana Maria Simões Buzano Vieira	10,221	0.058%	
António Manuel Martins Pereira Martha, Dr.	96,339	0.551%	
António Martins Ribeiro	18,277	0.104%	
Armando Manuel Leite Santos	325,188	1.858%	
Augusto Marques Pissarreira, Engº	5,200	0.030%	
Auto Industrial, S.A	9,375,282	53.573%	
Beatriz Maria Isabel Viegas Lucas de Andrade Martins Dias	155,955	0.891%	
Carlos Manuel Amado Figueiredo Nunes, Eng.	28,022	0.160%	
Eduardo Luis Carvalho de Sá Marta, Engº.	45,763	0.262%	
Elsa da Encarnação dos Santos Poço Cabral	500	0.003%	
Fernando José Rodrigues Casola	1,250	0.007%	
Fernando José Vieira Alves	1,250	0.007%	
Fernando Manuel Kruss Ferreira Roquette	7,500	0.043%	
Francisco de Sousa e Faro Rosado da Fonseca	500	0.003%	
Francisco José da Cunha Lucas, Dr.	574,233	3.281%	
Gonçalo Jorge Soares Lança de Moraes	1,250	0.007%	
Irene Maria S. João Arruda Andrade Fraga	12,447	0.071%	
Isabel Maria da Silva Rodrigues Sotto Maior	500	0.003%	
João Abel Andrade Pareira Rocha, Eng.	191,600	1.095%	
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	455,000	2.600%	

João Maria Montezuma Carvalho Sá Marta, Eng.	45,719	0.261%	
João Miguel Norte Marques Dinis	7,500	0.043%	
João Paulo Figueiredo Galvão	7,500	0.043%	
João Raul Simões Busano	10,221	0.058%	
José Deulonder Correia Amado	61,485	0.351%	
Jose Diogo de Vasconcelos Freitas de Figueiredo Costa	1,250	0.007%	
José Frederico Faro de Sousa Pimentel, Dr.	1,948	0.011%	
José Joaquim Saraiva do Amaral, Eng°	1,554	0.009%	
José Vasco de Castro Caldeira Guimarães	1,250	0.007%	
Luis Maria Fraga de Azevedo de Oliveira Dias	3,125	0.018%	
Manuel António Realista Santos Quintal de Nobrega	1,250	0.007%	
Manuel Augusto Gragera Fernandes Costa, Dr.	30,375	0.174%	
Manuel Cardoso Pinto Marta, Eng.	227,155	1.298%	
Maria da Conceição Viegas Cunha Lucas Cordeiro Mattos	376,331	2.150%	
Maria da Conceição Amado Figueiredo Nunes Dias Braga	26,618	0.152%	
Maria do Carmo Cruz Sá Sottomayor Andrade Dias	281,854	1.611%	
Maria do Carmo Weitzembaur Andrade Fraga Girão Sousa	8,323	0.048%	
Maria do Rosário Andrade Martins Dias	155,936	0.891%	
Maria da Graça Fonseca Coelho Pereira da Silva	11,660	0.067%	
Maria Isabel Dartout Martha	81,326	0.465%	
Maria João Afonso Fernandes Alegre Martha	144,257	0.824%	
Maria João Buzano de Sousa Vieira	37,927	0.217%	
Maria João Montesuma Santos Sá Marta	6,672	0.038%	
Maria Luisa da Encamação Paulo Santos	67,016	0.383%	
Maria Luisa Leite Santos, Drª.	323,257	1.847%	

Maria Manuela Montezuma Carvalho dos Santos de Sá Marta e Maria João Montezuma dos Santos Sá Marta	39,091	0.223%	
Maria Teresa Dartout Martha	6,145	0.035%	
Maria Teresa Loureiro Duro Arruda de Andrade	43,053	0.246%	
Maria Teresa Peters Lucas Viegas Lefebvre	260,881	1.491%	
Maria Teresa Viegas Lucas Andrade Araújo Parreira Rocha Hortega	108,625	0.621%	
Mário Raul Leite Santos, Dr.	522,135	2.984%	
Mário Rui Veiga Figueiredo Costa, Dr.	320,748	1.833%	
Miguel Angelo Rato Salgueiro	1,250	0.007%	
Miguel Martha Proença Rocha Freitas	667	0.004%	
Paula Cristina Dinis Cabral Beirão Ferreira	500	0.003%	
Paulo Jorge Fernandes Campos Ventura	500	0.003%	
Pedro Carlos dos Santos Marta dos Santos, Dr.	15,535	0.089%	
Pedro Correia da Silva Andrade Dias, Dr.	22,998	0.131%	
Pedro Pereira Esteves	4,006	0.023%	
Rogério Paulo Carvalhinho Ferreira do Ó	7,500	0.043%	
Silvio de Jesus Costa	68,968	0.394%	
Silvio José Gonçalves Costa, Eng ^o .	898	0.005%	
Susana Marta Proença Rocha Freitas	667	0.004%	
Teresa Maria Graça Botelho Arruda Lucas Andrade Ramos	157	0.001%	
Tomaz Aquino Viegas Abranches Lucas Andrade Araújo Parreira Rocha, Dr.	504,716	2.884%	
Vitor Manuel Farinha Nunes	455,000	2.600%	
Zulmira Gonçalves da Silva Batista	1,250	0.007%	
Total	17,500,000	100.000%	

Tecnicrédito SGPS

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas**

31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Tecnicrédito SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 1.138.342.529 euros e um total de situação líquida de 228.574.328 euros, incluindo um resultado líquido de 36.131.294 euros), as Demonstrações consolidadas dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

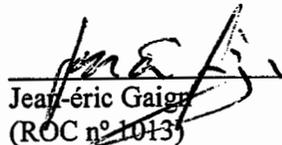
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Tecnicredito SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
representada por



Jean-éric Gaig
(ROC nº 1013)

Tecnicrédito SGPS

**Demonstração de Resultados Consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

	Notas	2007 Euros	2006 Euros
Juros e proveitos equiparados	3	114,944,175	102,650,471
Juros e custos equiparados	3	(37,877,757)	(30,914,423)
Margem financeira		77,066,418	71,736,048
Resultados de serviços e comissões	4	9,107,599	3,450,752
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	5	1,319,092	744,831
Outros resultados de exploração	6	5,417,035	2,335,782
Total de proveitos operacionais		92,910,144	78,267,413
Custos com o pessoal	7	9,050,840	7,628,132
Gastos gerais administrativos	8	18,154,878	15,983,544
Amortizações do exercício	9	3,614,702	2,650,724
Total de custos operacionais		30,820,420	26,262,400
Imparidade do crédito	10	18,632,156	10,936,492
Imparidade de outros activos	11	6,143	6,260
Outras provisões	12	(1,325,000)	(2,794,825)
Resultado operacional		44,776,425	43,857,086
Resultado de associadas	13	919,864	-
Impostos correntes	14	(11,878,634)	(12,763,481)
Impostos diferidos	14	2,313,639	2,209,499
		(9,564,995)	(10,553,982)
Resultado consolidado líquido do exercício		36,131,294	33,303,104
Resultados por acção			
Básico	15	2.06	1.90
Diluído	15	2.06	1.90

Tecnicrédito SGPS

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

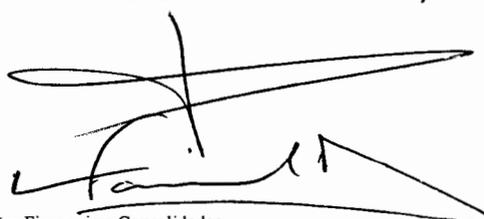
	Notas	2007 Euros	2006 Euros
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	186,095	123,654
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	90,249,929	64,329,699
Aplicações em instituições de crédito	18	1,847,628	902,852
Créditos a clientes	19	984,082,151	856,998,184
Activos financeiros detidos para negociação	20	5,697,311	4,213,237
Activos financeiros disponíveis para venda	20	69,573	66,723
Derivados de cobertura	21	6,704,780	5,355,662
Investimentos em associadas	22	17,167,066	-
Activos tangíveis	23	16,708,116	17,127,351
Activos intangíveis	24	580,836	288,819
Activos por impostos correntes	25	212,462	1,309,823
Activos por impostos diferidos	26	915,358	455,691
Outros activos	27	13,921,224	8,768,108
		<u>1,138,342,529</u>	<u>959,939,803</u>
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	28	331,624,953	289,395,315
Recursos de clientes	29	4,540,714	2,755,000
Responsabilidades representadas por títulos	30	524,435,186	419,224,607
Passivos financeiros detidos para negociação	31	4,306,292	3,541,499
Derivados de cobertura	21	1,085,741	-
Provisões	32	1,625,000	2,951,000
Passivos subordinados	33	5,823,651	5,568,402
Passivos por impostos correntes	25	469,564	3,792,717
Passivos por impostos diferidos	26	352,753	2,192,535
Outros passivos	34	35,504,347	33,179,343
		<u>909,768,201</u>	<u>762,600,418</u>
Capital Próprio			
Capital	35	17,500,000	17,500,000
Reservas de justo valor	37	4,605,522	4,775,887
Reservas e resultados transitados	36 e 37	170,337,512	141,760,394
Resultado do exercício		36,131,294	33,303,104
		<u>228,574,328</u>	<u>197,339,385</u>
		<u>1,138,342,529</u>	<u>959,939,803</u>

Contas extrapatrimoniais (Nota 38)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Zulmira Gonçalves da Silva Baptista

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Tecnicrédito SGPS

**Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros e comissões recebidos	127,615,474	111,576,558
Recebimentos por prestação de serviços	896,728	54,578
Juros e comissões pagos	(38,301,434)	(33,089,946)
Pagamentos de prestação de serviços	(2,650,364)	(1,981,102)
Recuperação de crédito e juros	3,747,660	4,462,400
Pagamentos a fornecedores e empregados	(25,749,345)	(23,611,676)
Outros pagamentos e recebimentos	5,034,114	2,024,467
	70,592,833	59,435,279
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Disponibilidades em bancos centrais	(78,796)	109,554
Crédito a clientes	(149,724,721)	(121,790,576)
Aplicações em instituições de crédito	(944,776)	(682,852)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Recursos de outras instituições de crédito	36,225,425	145,654,946
Recursos de clientes	1,785,714	(1,217,918)
	(42,144,321)	81,508,433
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</i>		
Impostos sobre os lucros pagos	(14,104,426)	(17,478,017)
	(56,248,747)	64,030,416
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Aumento / (diminuição) em activos financeiros	(121,275)	(1,601,739)
Venda de activos tangíveis	5,535,179	5,475,163
Compra de activos tangíveis e intangíveis	(9,024,326)	(15,153,579)
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(5,115,989)	(1,414,153)
	(8,726,411)	(12,694,308)
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Aquisições de investimento em associadas	(15,887,689)	-
Aumento / (diminuição) de empréstimos obrigacionistas	105,210,579	(39,369,820)
Dividendos pagos	(4,900,000)	(2,800,000)
Aumento / (diminuição) em outras contas do passivo	451,930	5,991,631
	84,874,820	(36,178,189)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>		
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	19,899,662	15,157,919
Caixa e seus equivalentes no início do período	41,851,866	26,693,947
	61,751,528	41,851,866

Tecnicrédito SGPS

Mapa de Alterações no Capital Próprio Consolidado para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Reserva justo valor	Outras reservas e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	156,201,104	17,500,000	1,907,716	(5,101,916)	141,895,304
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	5,767,481	-	(5,767,481)
Variações na reserva de justo valor	9,877,803	-	-	9,877,803	-
Dividendos distribuídos	(2,800,000)	-	-	-	(2,800,000)
Diferença cambial resultante da consolidação	757,374	-	-	-	757,374
Resultado líquido do exercício	33,303,104	-	-	-	33,303,104
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	197,339,385	17,500,000	7,675,197	4,775,887	167,388,301
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	1,186,353	-	(1,186,353)
Variações na reserva de justo valor	(170,365)	-	-	(170,365)	-
Dividendos distribuídos	(4,900,000)	-	-	-	(4,900,000)
Diferença cambial resultante da consolidação	174,014	-	-	-	174,014
Resultado líquido do exercício	36,131,294	-	-	-	36,131,294
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	228,574,328	17,500,000	8,861,550	4,605,522	197,607,256

Tecnicrédito SGPS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Tecnicrédito SGPS, S.A. (Tecnicrédito SGPS ou Grupo), foi constituída em 4 de Abril de 1997 por transformação da Alto do Vieiro - Serviço Automóvel, Lda., tendo iniciado a actividade nessa data. O Grupo tem por objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Indirectamente, através das suas subsidiárias, o Grupo realiza operações bancárias e financeiras, de aluguer financeiro, de aluguer operacional, de mediação de seguros e investimentos financeiros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Tecnicrédito SGPS são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Tecnicrédito SGPS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com os IFRS, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) – Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2008.

1.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo

tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da Tecnicrédito SGPS.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere dos Euros são transcritas para Euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respectivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido da imparidade para crédito.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respectiva avaliação das perdas por imparidade, o Grupo utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efectua-se através de análise colectiva.

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogéneos de crédito determinadas em termos colectivos pretendem reflectir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR), e são calculadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

1.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- *Critérios de classificação*

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- *Cobertura de fluxos de caixa (cash flow hedge)*

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5 Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
 - tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções costumizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

Em conformidade com os IFRS, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.7 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

1.8 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.9 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações do equipamento informático e instalações interiores são calculadas pelo método das quotas degressivas. As amortizações referentes aos restantes activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
<i>Imóveis:</i>	
De serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	3 a 10
<i>Equipamento:</i>	
Locação operacional	4 a 5
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	3 a 8
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	8 a 10
Outros activos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.10 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.11 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os veículos adquiridos para aluguer são registados em activos tangíveis e amortizados conforme indicado na nota 1.9.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.12 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.13 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.14 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

1.15 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.16 Distribuição de resultados pelos empregados

De acordo com os estatutos do Grupo, os accionistas, em Assembleia Geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos empregados, competindo ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios.

De acordo com as IFRS esta distribuição é registada por contrapartida de resultados no exercício a que diz respeito.

1.17 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.18 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.19 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

1.20 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2007		
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
<i>Juros e proveitos equiparados:</i>			
Crédito ao consumo no país	76.123.182	-	76.123.182
Crédito ao consumo no estrangeiro	29.697.919	-	29.697.919
Locação financeira	6.713.856	-	6.713.856
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro	2.378.309	-	2.378.309
Outros juros e proveitos equiparados	30.909	-	30.909
	<u>114.944.175</u>	<u>-</u>	<u>114.944.175</u>
<i>Juros e custos equiparados:</i>			
Papel comercial	(1.118.731)	-	(1.118.731)
Débitos representados por títulos	(19.096.339)	-	(19.096.339)
Passivos subordinados	(4.772.655)	-	(4.772.655)
Recursos de instituições de crédito no país	(14.065.895)	-	(14.065.895)
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	(702.192)	-	(702.192)
Depósitos com pré-aviso	(98.845)	-	(98.845)
Derivados de cobertura	-	2.643.564	2.643.564
Outros juros e custos equiparados	(666.664)	-	(666.664)
	<u>(40.521.321)</u>	<u>2.643.564</u>	<u>(37.877.757)</u>
Margem financeira	<u>74.422.854</u>	<u>2.643.564</u>	<u>77.066.418</u>

	2006		
	De activos / passivos ao custo amortizado Euros	De activos / passivos ao justo valor Euros	Total Euros
<i>Juros e proveitos equiparados:</i>			
Crédito ao consumo no país	67.920.595	-	67.920.595
Crédito ao consumo no estrangeiro	25.265.933	-	25.265.933
Locação financeira	6.637.488	-	6.637.488
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro	1.866.885	-	1.866.885
Outros juros e proveitos equiparados	959.570	-	959.570
	<u>102.650.471</u>	<u>-</u>	<u>102.650.471</u>
<i>Juros e custos equiparados:</i>			
Papel comercial	(901.982)	-	(901.982)
Débitos representados por títulos	(15.689.909)	-	(15.689.909)
Passivos subordinados	(3.812.971)	-	(3.812.971)
Recursos de instituições de crédito no país	(4.226.697)	-	(4.226.697)
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	(2.322.224)	-	(2.322.224)
Depósitos com pré-aviso	(109.470)	-	(109.470)
Derivados de cobertura	-	(2.916.065)	(2.916.065)
Outros juros e custos equiparados	(935.105)	-	(935.105)
	<u>(27.998.358)</u>	<u>(2.916.065)</u>	<u>(30.914.423)</u>
Margem financeira	<u>74.652.113</u>	<u>(2.916.065)</u>	<u>71.736.048</u>

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões que são registados em resultados na rubrica Juros e proveitos equiparados, podem ser analisados como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Custos resultantes de comissões pagas	(18.344.015)	(14.732.032)
Proveitos resultantes de comissões cobradas	5.359.082	4.642.354
	<u>(12.984.933)</u>	<u>(10.089.678)</u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2007 Euros	2006 Euros
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços de cobrança prestados	12.671.299	7.199.253
Outros rendimentos de serviços e comissões	50.084	54.578
	<u>12.721.383</u>	<u>7.253.831</u>
 <i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços de cobrança prestados por terceiros	(2.650.364)	(1.981.102)
Outros encargos com serviços e comissões	(963.420)	(1.821.977)
	<u>(3.613.784)</u>	<u>(3.803.079)</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>9.107.599</u>	<u>3.450.752</u>

A rubrica Rendimentos por serviços de cobrança prestados refere-se a comissões de gestão de contratos de crédito e outras cobradas aos clientes.

5 Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2007		
	Proveito Euros	Custo Euros	Total Euros
<i>Activos e passivos detidos para negociação</i>			
Instrumentos financeiros derivados:			
Contratos sobre taxas de juro	8.467.022	(7.246.140)	1.220.882
Contratos sobre taxas de câmbio	251.935	(35.300)	216.635
	<u>8.718.957</u>	<u>(7.281.440)</u>	<u>1.437.517</u>
<i>Outros activos financeiros</i>	-	(118.425)	(118.425)
	<u>8.718.957</u>	<u>(7.399.865)</u>	<u>1.319.092</u>
	2006		
	Proveito Euros	Custo Euros	Total Euros
<i>Activos e passivos detidos para negociação</i>			
Instrumentos financeiros derivados:			
Contratos sobre taxas de juro	13.071.188	(12.784.794)	286.394
Contratos sobre taxas de câmbio	2.647.608	(1.137.649)	1.509.959
	<u>15.718.796</u>	<u>(13.922.443)</u>	<u>1.796.353</u>
<i>Outros activos financeiros</i>	-	(1.051.522)	(1.051.522)
	<u>15.718.796</u>	<u>(14.973.965)</u>	<u>744.831</u>

As rubricas Instrumentos financeiros derivados respeitam a ganhos ou perdas resultantes da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação, efectuada numa base regular, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.4.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Outros activos financeiros incluía o montante de Euros 1.051.522 relativo à partilha de rendimentos de títulos – obrigações BMORE No. 4 plc, decorrente do acordo de associação em participação estabelecido entre o Grupo e a Auto-Industrial, S.A. e que vigorou até ao exercício de 2006.

6 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Diferenças cambiais	21.531.298	20.535.843
Rendimentos pela participação nos resultados por angariação de seguros	2.320.051	1.774.700
Proveitos de locação operacional	1.478.411	1.064.143
Rendimentos da prestação de serviços	846.644	512.898
Mais-valias em bens de locação financeira	377.656	215.636
Ganhos na alienação de imobilizado	38.351	3.950
Outros proveitos de exploração	770.792	989.188
	<u>27.363.203</u>	<u>25.096.358</u>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Diferenças cambiais	(20.394.384)	(21.386.266)
Impostos	(765.728)	(709.697)
Donativos e quotizações	(61.361)	(69.838)
Perdas na alienação de imobilizado	(51.862)	-
Menos-valias em bens de locação financeira	(120.184)	(156.038)
Outros custos de exploração	(552.649)	(438.737)
	<u>(21.946.168)</u>	<u>(22.760.576)</u>
	<u>5.417.035</u>	<u>2.335.782</u>

A rubrica Diferenças cambiais refere-se a diferenças cambiais na conversão dos contratos de crédito ao consumo em moeda estrangeira do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság.

A rubrica Mais e menos-valias em bens de locação financeira refere-se a ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respectivamente.

7 Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
Remunerações	7.009.458	6.067.963
Encargos sociais obrigatórios	1.700.120	1.368.789
Encargos sociais facultativos	50.679	84.380
Outros encargos	290.583	107.000
	<u>9.050.840</u>	<u>7.628.132</u>

O valor total de remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização, registados na rubrica Remunerações, foi de Euros 647.202 (2006: Euros 537.651).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo, dividido por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2007	2006
Portugal:		
Administração	5	5
Directores	8	7
Quadros técnicos	73	76
Administrativos	69	71
Outras funções	92	72
	<u>247</u>	<u>231</u>
Estrangeiro:		
Administração	4	4
Directores	6	6
Quadros técnicos	66	54
Administrativos	87	69
Outras funções	1	1
	<u>164</u>	<u>134</u>
	<u>411</u>	<u>365</u>

8 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
Água, energia e combustíveis	645.660	540.508
Impressos e material de consumo corrente	209.141	237.435
Outros fornecimentos de terceiros	102.859	156.986
Rendas e alugueres	1.224.624	1.262.091
Comunicação e despesas de expedição	2.309.829	1.715.859
Deslocações, estadas e representação	565.232	555.183
Publicidade e acções promocionais	1.647.402	1.693.568
Custos com trabalho independente	2.211.546	2.146.929
Conservação e reparação	671.350	575.577
Seguros	178.073	144.787
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	2.348.177	2.320.828
Serviços especializados	4.194.297	3.375.737
Outros serviços de terceiros	1.846.688	1.258.056
	18.154.878	15.983.544

A rubrica Rendas e alugueres refere-se essencialmente a rendas pagas pelo Grupo pelo arrendamento de instalações.

A rubrica Publicidade e acções promocionais inclui o montante de Euros 1.421.421 (2006: Euros 1.386.871) referente à organização de eventos comerciais com vista à angariação de contratos de crédito.

A rubrica Serviços especializados inclui o montante de Euros 1.300.000 (2006: Euros 1.390.000) referente a custos incorridos com serviços de apoio à gestão.

A rubrica Serviços especializados inclui ainda o montante de Euros 520.065 (2006: Euros 214.380) referente a custos com serviços de consultoria externa.

A rubrica Serviços especializados também inclui o montante de Euros 296.803 (2006: Euros 203.906) referentes a custos com o desenvolvimento do produto cartão de crédito pelo Grupo.

A rubrica Serviços especializados também inclui o montante de Euros 376.738 (2006: Euros 487.842) relativamente a despesas com a montagem das operações de securitização BMORE Finance No. 4 plc e BMORE Finance No. 5 fundo.

A rubrica Outros serviços de terceiros inclui o montante de Euros 548.838 (2006: Euros 257.021) referente a despesas com os serviços da Conservatória do registo automóvel.

9 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
<i>Activos tangíveis:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	122.925	42.464
Obras em imóveis arrendados	227.608	194.914
Equipamento:		
Locação operacional	1.542.043	1.221.850
Mobiliário e material	133.025	78.606
Máquinas e ferramentas	22.655	19.343
Equipamento informático	631.545	377.630
Instalações interiores	66.671	89.568
Equipamento de transporte	493.197	419.837
Equipamento de segurança	2.090	254
Outros activos tangíveis	7.759	4.719
	<hr/>	<hr/>
	3.249.518	2.449.185
<i>Activos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	365.184	201.539
	<hr/>	<hr/>
	3.614.702	2.650.724
	<hr/>	<hr/>

10 Imparidade do crédito

A Imparidade do crédito do exercício, líquida de dotações, reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Dotações do exercício	36.722.233	22.568.040
Reversões do exercício	(14.342.417)	(7.169.148)
Recuperações de crédito	(3.747.660)	(4.462.400)
	<hr/>	<hr/>
	18.632.156	10.936.492
	<hr/>	<hr/>

11 Imparidade de outros activos

A Imparidade de outros activos do exercício, líquida de dotações e reversões, é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Dotações do exercício	462.179	276.624
Reversões do exercício	(456.036)	(270.364)
	<u>6.143</u>	<u>6.260</u>

12 Outras provisões

As Outras provisões do exercício, líquidas de dotações e reversões, são analisadas como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Dotações do exercício	25.000	11.638
Reversões do exercício	(1.350.000)	(2.806.463)
	<u>(1.325.000)</u>	<u>(2.794.825)</u>

13 Resultado de associadas

A 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Resultado de associadas no montante de Euros 919.864 refere-se à apropriação por equivalência patrimonial na proporção de 30% da participação no Grupo Galo.

14 Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Impostos correntes	(11.878.634)	(12.763.481)
Impostos diferidos	2.313.639	2.209.499
	<u>(9.564.995)</u>	<u>(10.553.982)</u>

A Tecnicrédito SGPS e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações de autoliquidação, da Tecnicrédito SGPS e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2007		2006	
	<u>%</u>	<u>Euros</u>	<u>%</u>	<u>Euros</u>
Lucro antes de impostos		45.696.289		43.857.086
Taxa de imposto corrente	26,50%	12.109.517	27,50%	12.060.698
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-1,51%	(689.384)	-1,51%	(662.253)
Provisões não dedutíveis	-0,38%	(175.641)	3,47%	1.523.529
Diferenças temporárias	-5,06%	(2.313.639)	-5,04%	(2.209.499)
Receitas isentas de imposto	-5,24%	(2.396.271)	-3,43%	(1.505.076)
Alterações na base fiscal dos activos e passivos por alterações na legislação	2,31%	1.053.352	2,13%	936.282
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,11%	(52.394)	-	-
Alterações nas estimativas	3,69%	1.687.755	-	-
Tributação autónoma e outros impactos	0,75%	341.700	0,94%	410.301
	20,93%	<u>9.564.995</u>	24,06%	<u>10.553.982</u>

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2007	2006
	Euros	Euros
Comissões	(299.135)	(327.542)
Imparidade do crédito	197.332	2.582.182
Passivos subordinados	139.264	165.540
Derivados	(67.055)	47.888
Activos financeiros disponíveis para venda	728.983	(1.637.650)
Desreconhecimento de activos	1.288.312	1.372.420
Prejuízos fiscais	342.197	23.685
Outros	(16.259)	(17.024)
	2.313.639	2.209.499

15 Resultados por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	2007	2006
	Euros	Euros
Resultado líquido	36.131.294	33.303.104
Número médio de acções	17.500.000	17.500.000
Resultado por acção básico	2,06	1,90
Resultado por acção diluído	2,06	1,90

O resultado por acção básico é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por acção diluído é calculado ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Tecnicrédito SGPS não detinha potenciais acções ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

16 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Caixa	36.181	52.536
Bancos centrais	149.914	71.118
	<u>186.095</u>	<u>123.654</u>

A rubrica Bancos centrais visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2007, a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 4,0% (2006: 3,8%).

17 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Instituições de crédito no país	19.972.256	920.709
Instituições de crédito no estrangeiro	70.277.673	63.408.990
	<u>90.249.929</u>	<u>64.329.699</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros	2006 Euros
Até 3 meses	50.089.442	34.115.845
De 3 meses a 1 ano	5.410.487	5.477.370
De 1 ano até 5 anos	23.329.200	24.736.484
Mais de 5 anos	11.420.800	-
	<u>90.249.929</u>	<u>64.329.699</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3,2% (2006: 2,9%).

18 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Instituições de crédito no país	1.039.433	-
Instituições de crédito no estrangeiro	808.195	902.852
	<u>1.847.628</u>	<u>902.852</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007 Euros	2006 Euros
Até 3 meses	1.627.628	682.852
Mais de 5 anos	220.000	220.000
	<u>1.847.628</u>	<u>902.852</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a taxa de remuneração média destas aplicações ascende a 3,5% (2006: 2,4%).

19 Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Crédito vincendo:		
<i>Crédito interno:</i>		
Crédito ao consumo	593.228.066	540.072.874
Capital em locação	120.340.978	103.560.297
Crédito à habitação	2.003.804	2.031.758
Crédito tomado	9.821.821	6.616.167
Outros créditos	9.541.116	2.322.344
	<hr/>	<hr/>
	734.935.785	654.603.440
<i>Crédito ao exterior:</i>		
Crédito ao consumo	240.003.943	198.284.258
Crédito à habitação	343.662	716.304
Crédito tomado	2.305.151	673.365
	<hr/>	<hr/>
	242.652.756	199.673.927
	<hr/>	<hr/>
	977.588.541	854.277.367
Crédito vencido:		
Até 3 meses	7.289.903	3.070.832
De 3 meses a 1 ano	25.595.144	23.549.499
De 1 ano até 5 anos	43.434.229	35.658.481
Mais de 5 anos	21.660.846	10.607.478
	<hr/>	<hr/>
	97.980.122	72.886.290
	<hr/>	<hr/>
	1.075.568.663	927.163.657
Perdas por imparidade	<hr/>	<hr/>
	(91.486.512)	(70.165.473)
	<hr/>	<hr/>
	984.082.151	856.998.184

A rubrica Crédito ao consumo é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado usado.

A rubrica Capital em locação é constituída por contratos de locação financeira, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias em estado novo.

A rubrica Crédito à habitação respeita a crédito concedido a colaboradores aprovado de acordo com política de pessoal do Grupo. O valor de crédito à habitação concedido aos Órgãos de Administração do Grupo ascende a Euros 154.026 (2006: Euros 276.195), ao abrigo do nº 4 do Artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado inclui todos os valores titulados por factura ou representação documental equivalente.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
Até 3 meses	72.600.818	64.054.833
De 3 meses a 1 ano	186.937.671	168.688.722
De 1 ano até 5 anos	628.771.018	570.719.555
Mais de 5 anos	89.279.034	50.814.257
Duração indeterminada (crédito vencido)	97.980.122	72.886.290
	<u>1.075.568.663</u>	<u>927.163.657</u>

A rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Crédito vincendo:</i>		
Créditos com garantias reais	2.347.465	2.748.061
Créditos sem garantias	854.900.098	747.969.009
Créditos com outras garantias	120.340.978	103.560.297
	<u>977.588.541</u>	<u>854.277.367</u>
<i>Crédito vencido:</i>		
Crédito com garantias reais	2.251	-
Créditos sem garantias	93.084.528	68.689.919
Créditos com outras garantias	4.893.343	4.196.371
	<u>97.980.122</u>	<u>72.886.290</u>
	<u>1.075.568.663</u>	<u>927.163.657</u>

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
Taxa fixa	709.180.029	694.760.718
Taxa variável	268.408.512	159.516.649
	<u>977.588.541</u>	<u>854.277.367</u>

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
<i>Crédito vincendo:</i>		
<i>Empresas</i>		
Crédito ao consumo	64.851.819	67.207.796
Capital em locação	35.095.353	30.218.770
Crédito tomado	<hr/> 12.126.972	<hr/> 7.289.532
	112.074.144	104.716.098
<i>Particulares</i>		
Crédito ao consumo	768.380.190	671.149.336
Capital em locação	85.245.625	73.341.527
Crédito à habitação	2.347.466	2.748.062
Outros créditos	<hr/> 9.541.116	<hr/> 2.322.344
	865.514.397	749.561.269
	<hr/> 977.588.541	<hr/> 854.277.367
<i>Crédito vencido:</i>		
<i>Empresas</i>		
Crédito ao consumo	10.665.276	8.148.175
Capital em locação	<hr/> 1.919.998	<hr/> 1.516.560
	12.585.274	9.664.735
<i>Particulares</i>		
Crédito ao consumo	82.419.253	60.541.744
Capital em locação	2.973.344	2.679.811
Capital à habitação	<hr/> 2.251	<hr/> -
	85.394.848	63.221.555
	<hr/> 97.980.122	<hr/> 72.886.290
 Perdas por imparidade	 <hr/> (91.486.512)	 <hr/> (70.165.473)
	<hr/> <hr/> 984.082.151	<hr/> <hr/> 856.998.184

A reconciliação da rubrica Capital em locação, por prazos residuais é apresentada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
<i>Rendas vindendas:</i>		
Até 3 meses	9.617.263	8.618.660
De 3 meses a 1 ano	24.528.896	22.801.214
De 1 ano até 5 anos	75.547.061	64.719.090
Mais de 5 anos	14.484.068	7.082.747
	<hr/>	<hr/>
	124.177.288	103.221.711
<i>Juros vindendos:</i>		
Até 3 meses	(2.153.253)	(1.705.784)
De 3 meses a 1 ano	(5.709.123)	(4.463.332)
De 1 ano até 5 anos	(15.138.676)	(10.474.129)
Mais de 5 anos	(2.395.880)	(874.524)
	<hr/>	<hr/>
	(25.396.932)	(17.517.769)
<i>Valores residuais:</i>		
Até 3 meses	472.888	263.863
De 3 meses a 1 ano	1.855.821	1.372.195
De 1 ano até 5 anos	12.631.473	11.899.613
Mais de 5 anos	6.600.440	4.320.684
	<hr/>	<hr/>
	21.560.622	17.856.355
	<hr/>	<hr/>
	120.340.978	103.560.297
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A rubrica Créditos a clientes inclui os créditos securitizados a seguir apresentados, relativos a securitizações tradicionais detidas por Entidades de Finalidade Especial (SPE's) que foram objecto de consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com política contabilística descrita na nota 1.2.

Em 31 de Dezembro de 2007, existem três operações de securitização celebradas com o Grupo e outras instituições financeiras.

A rubrica Crédito a clientes inclui os montantes securitizados ao abrigo destas operações, é apresentada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
BMORE Finance No. 3 plc	52.769.859	100.938.843
BMORE Finance No. 4 plc	232.827.714	283.737.472
BMORE Finance No. 5 fundo	97.267.420	-
	<hr/>	<hr/>
	382.864.993	384.676.315
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

BMORE Finance No. 3 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 3 plc foi efectuada em 17 de Maio de 2002 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo de veículos automóveis em estado usado e novo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 9 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em Euros 400.000.000.

As vendas de créditos que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004, no âmbito da operação de securitização BMORE Finance No. 3 plc, foram reconhecidas em balanço, conforme política contabilística descrita na nota 1.2.

BMORE Finance No. 4 plc

A operação de securitização BMORE Finance No. 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em cerca de Euros 400.000.000.

BMORE Finance No. 5 fundo

A operação de securitização BMORE Finance No. 5 fundo foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer operacional sobre veículos automóveis, máquinas agrícolas e créditos pessoais.

Esta é uma operação integrada que se fará em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em Euros 400.000.000.

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

	2007						
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	26.805.564	9.684.858	97.853.854	918.514	124.659.418	10.603.372	114.056.046
Crédito a particulares – Habitação	506.626	179.999	1.843.091	17.287	2.349.717	197.286	2.152.431
Crédito a particulares - Outros	204.297.494	73.696.685	744.262.034	6.989.169	948.559.528	80.685.854	867.873.674
	<u>231.609.684</u>	<u>83.561.542</u>	<u>843.958.979</u>	<u>7.924.970</u>	<u>1.075.568.663</u>	<u>91.486.512</u>	<u>984.082.151</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe das perdas por imparidade do crédito apresenta-se como segue:

	2006						
	Créditos com sinais de imparidade Euros		Créditos sem sinais de imparidade Euros		Total Euros		
	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Valor de crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	23.363.661	7.954.539	91.017.172	701.522	114.380.833	8.656.061	105.724.772
Crédito a particulares – Habitação	558.628	187.680	2.189.434	16.830	2.748.062	204.510	2.543.552
Crédito a particulares - Outros	165.462.044	56.336.764	644.572.718	4.968.138	810.034.762	61.304.902	748.729.860
	<u>189.384.333</u>	<u>64.478.983</u>	<u>737.779.324</u>	<u>5.686.490</u>	<u>927.163.657</u>	<u>70.165.473</u>	<u>856.998.184</u>

Durante o exercício de 2007, o valor médio dos créditos com sinais de imparidade foi de Euros 186.602.823 (2006: Euros 152.656.149). O juro reconhecido na conta de exploração relativo a estes créditos foi de Euros 1.518.540, o qual inclui o efeito do desconto relativo a crédito com sinais de imparidade.

Os movimentos ocorridos nas Perdas por imparidade do crédito são analisados como segue:

	<u>2007</u> <u>Euros</u>	<u>2006</u> <u>Euros</u>
Saldo em 1 de Janeiro	70.165.473	54.982.620
Dotações do exercício	36.722.233	22.568.040
Reversões do exercício	(14.342.417)	(7.169.148)
Utilizações	(696.286)	-
Transferências	-	30.371
Diferenças cambiais	(362.491)	(246.410)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>91.486.512</u>	<u>70.165.473</u>

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2007, a anulação de proveitos é de Euros 33.407.674 (2006: Euros 26.502.548).

20 Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2007</u> <u>Euros</u>	<u>2006</u> <u>Euros</u>
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados de taxa de juro	5.447.317	3.622.244
Derivados de taxa de câmbio	249.994	590.993
	<u>5.697.311</u>	<u>4.213.237</u>
<i>Activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	69.573	64.229
Acções e outros títulos de rendimento variável de outros emissores	-	2.494
	<u>69.573</u>	<u>66.723</u>
	<u>5.766.884</u>	<u>4.279.960</u>

A rubrica Activos financeiros detidos para negociação é analisada como se segue:

	2007		2006	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
<i>Derivados de negociação</i>				
Contratos sobre taxas de juro:				
BMORE Finance No. 3	71.925.875	365.970	-	-
BMORE Finance No. 4	246.985.152	3.685.791	295.709.639	3.223.488
BMORE Finance No. 5	100.000.000	918.065	-	-
<i>Interest rate swap</i>	37.183.772	477.491	38.458.039	398.756
	456.094.799	5.447.317	334.167.678	3.622.244
Contratos sobre taxas de câmbio:				
<i>Forward rate agreements</i>	48.784.962	249.994	34.845.183	590.993
	504.879.761	5.697.311	369.012.861	4.213.237

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a análise por maturidade dos derivados detidos para negociação é analisada como se segue:

	2007		2006	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	82.210.867	927.708	34.845.183	397.848
De 3 meses a 1 ano	95.160.673	1.073.840	48.724.488	556.316
De 1 ano até 5 anos	327.508.221	3.695.763	284.321.838	3.246.270
Mais de 5 anos	-	-	1.121.352	12.803
	504.879.761	5.697.311	369.012.861	4.213.237

Todos os activos financeiros detidos para negociação são não cotados.

A análise por maturidades da rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos é analisada como se segue:

	2007 Euros	2006 Euros
De 1 ano até 5 anos	29.764	-
Mais de 5 anos	39.809	64.229
	69.573	64.229

21 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
<i>Activo:</i>		
<i>Interest rate swaps</i>	6.704.780	5.355.662
<i>Passivo:</i>		
<i>Interest rate swaps</i>	(1.085.741)	-
	5.619.039	5.355.662

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(Valores expressos em Euros)

2007					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Varição justo valor do derivado no ano
Interest rate swaps	Empréstimo sindicado	Taxa de juro	70.000.000	48.407	-
Interest rate swaps	<i>Bullets</i>	Taxa de juro	65.000.000	1.334.922	349.218
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	20.000.000	779.425	(84.728)
Interest rate swaps	Obrigações da securitização	Taxa de juro	377.577.295	3.456.285	1.083.030
			532.577.295	5.619.039	1.347.520

2006					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado	Varição justo valor do derivado no ano
Interest rate swaps	<i>Bullets</i>	Taxa de juro	80.000.000	1.030.137	396.018
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	23.750.000	899.461	558.421
Interest rate swaps	Obrigações da securitização	Taxa de juro	394.034.377	3.426.064	8.733.431
			497.784.377	5.355.662	9.687.870

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo à data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essa emissões.

O Grupo para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal a partir de 1 de Janeiro de 2005, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o exercício em análise foi registado por contrapartida de Reservas de justo valor o montante de Euros 5.132.505 (2006: Euros 5.277.797), correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura.

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

	2007		2006	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	15.710.853	196.304	25.514.972	11.754
De 3 meses a 1 ano	118.729.022	1.483.504	95.599.996	719.391
De 1 ano até 5 anos	398.137.420	3.939.231	375.529.864	4.611.772
Mais de 5 anos	-	-	1.139.545	12.745
	532.577.295	5.619.039	497.784.377	5.355.662

22 Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas em 2007 são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros	Passivo Euros	Capital próprio Euros	Proveitos Euros	Resultado líquido Euros	Custo da participação Euros
Grupo Galo, S.A.	178.812.047	121.762.925	57.049.122	54.459.930	3.066.213	15.887.689

	% Detida	Valor de balanço Euros	Resultados de associadas atribuível ao Grupo Euros
Grupo Galo, S.A.	30%	17.167.066	919.864

O grupo financeiro Galo, S.A. é detido em 70% pela Société Générale e em 30% pela Tecnicrédito SGPS, S.A.. A participa o da Tecnicrédito SGPS, S.A. no Grupo Galo foi adquirida a 27 de Março de 2007.

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2007 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	-
Aquisi�es	15.887.689
Resultado de associadas	919.864
Diferenças cambiais	359.513
Saldo em 31 de Dezembro	17.167.066

23 Activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
<i>Imóveis:</i>		
De serviço próprio	8.158.081	8.158.081
Obras em imóveis arrendados	1.685.576	1.533.061
<i>Equipamento:</i>		
Locação operacional	5.718.672	5.413.256
Mobiliário e material	1.274.796	1.079.587
Máquinas e ferramentas	270.213	243.157
Equipamento informático	2.448.278	1.949.139
Instalações interiores	1.461.263	1.287.628
Equipamento de transporte	2.169.686	1.874.425
Equipamento de segurança	327.225	314.905
Activo tangível em curso	167.264	715.716
Outros activos tangíveis	78.213	78.587
	<hr/>	<hr/>
	23.759.267	22.647.542
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(3.249.518)	(2.449.185)
Relativas a exercícios anteriores	(3.801.633)	(3.071.006)
	<hr/>	<hr/>
	(7.051.151)	(5.520.191)
	<hr/>	<hr/>
	16.708.116	17.127.351
	<hr/>	<hr/>

A análise das rendas vincendas de contratos de locação operacional por prazo residual das operações é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Até 3 meses	1.689.849	1.778.505
De 3 meses a 1 ano	3.116.513	2.684.145
De 1 ano até 5 anos	223.058	163.109
	<hr/>	<hr/>
	5.029.420	4.625.759
	<hr/>	<hr/>

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Transf. Euros	Abates Euros	Dif. cambiais Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
<i>Custo de aquisição:</i>						
Imóveis:						
De serviço próprio	8.158.081	-	-	-	-	8.158.081
Obras em imóveis arrendados	1.533.061	94.505	58.509	-	(499)	1.685.576
Equipamento:						
Locação operacional	5.413.256	7.048.321	-	(6.742.905)	-	5.718.672
Mobiliário e material	1.079.587	240.300	-	(43.897)	(1.194)	1.274.796
Máquinas e ferramentas	243.157	33.255	-	(5.532)	(667)	270.213
Equipamento informático	1.949.139	317.550	227.300	(45.585)	(126)	2.448.278
Instalações interiores	1.287.628	13.946	161.647	(1.958)	-	1.461.263
Equipamento de transporte	1.874.425	693.824	-	(404.719)	6.156	2.169.686
Equipamento de segurança	314.905	12.320	-	-	-	327.225
Activo tangível em curso	715.716	195.262	(742.407)	(1.307)	-	167.264
Outros activos tangíveis	78.587	307	-	(701)	20	78.213
	<u>22.647.542</u>	<u>8.649.590</u>	<u>(294.951)</u>	<u>(7.246.604)</u>	<u>3.690</u>	<u>23.759.267</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Imóveis:						
De serviço próprio	63.656	122.925	-	-	-	186.581
Obras em imóveis arrendados	1.017.632	227.608	762	-	(1.584)	1.244.418
Equipamento:						
Locação operacional	633.266	1.542.043	-	(1.258.513)	-	916.796
Mobiliário e material	460.378	133.025	1.970	(38.787)	(549)	556.037
Máquinas e ferramentas	181.947	22.655	-	(3.757)	(657)	200.188
Equipamento informático	1.333.047	631.545	(13.578)	(45.422)	(400)	1.905.192
Instalações interiores	849.146	66.671	9.837	(307)	-	925.347
Equipamento de transporte	964.459	493.197	229	(356.060)	(7.018)	1.094.807
Equipamento de segurança	7.412	2.090	(2.123)	-	-	7.379
Outros activos tangíveis	9.248	7.759	(2.609)	-	8	14.406
	<u>5.520.191</u>	<u>3.249.518</u>	<u>(5.512)</u>	<u>(1.702.846)</u>	<u>(10.200)</u>	<u>7.051.151</u>
	<u>17.127.351</u>	<u>5.400.072</u>	<u>(289.439)</u>	<u>(5.543.758)</u>	<u>13.890</u>	<u>16.708.116</u>

24 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Software</i>	3.848.005	3.206.711
Activo intangível em curso	70.698	71.213
	3.918.703	3.277.924
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(365.184)	(201.539)
Relativas a exercícios anteriores	(2.972.683)	(2.787.566)
	(3.337.867)	(2.989.105)
	580.836	288.819

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em	Aquisições/	Transf.	Abates	Dif.	Saldo em
	1 Janeiro	Dotações	Euros	Euros	cambiais	31 Dezembro
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<i>Custo de aquisição:</i>						
<i>Software</i>	3.206.711	356.943	313.138	(26.939)	(1.848)	3.848.005
Activo intangível em curso	71.213	17.793	(18.187)	-	(121)	70.698
	3.277.924	374.736	294.951	(26.939)	(1.969)	3.918.703
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
<i>Software</i>	2.989.105	365.184	5.512	(22.007)	73	3.337.867
	288.819	9.552	289.439	(4.932)	(2.042)	580.836

25 Activos e passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	11.878.634	12.763.481
Carga fiscal paga	11.621.532	10.280.587
<i>Diferença:</i>		
A receber	212.462	1.309.823
A pagar	469.564	3.792.717

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga nas Sociedades com Imposto sobre o rendimento a pagar, encontra-se totalmente provisionada.

A provisão para impostos sobre lucros para a Tecnicrédito SGPS, S.A. e suas subsidiárias, foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço. Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre lucros.

26 Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2007		2006	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Comissões	1.616.705	3.206.713	1.627.477	2.919.822
Provisões para crédito	5.570.494	1.990.057	5.220.830	1.840.405
Derivados	18.394	628.268	77.547	595.235
Passivos subordinados	-	417.790	-	557.054
Activos financeiros disponíveis para venda	-	908.667	-	1.637.650
Prejuízos fiscais	372.615	-	23.685	-
Desreconhecimento de activos	787.967	677.339	34.948	1.212.632
Outros	98.596	73.332	78.822	37.355
	8.464.771	7.902.166	7.063.309	8.800.153
Activos e Passivos por impostos diferidos	915.358	352.753	455.691	2.192.535
Impostos diferidos líquidos	562.605		(1.736.844)	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	(1.736.844)	(3.601.681)
Reconhecido em resultados	2.313.639	2.209.499
Reconhecido em reservas	(25.073)	(344.662)
Diferenças cambiais	10.883	-
Saldo em 31 de Dezembro	562.605	(1.736.844)

Durante o exercício de 2007, o imposto diferido com impacto em reservas teve origem na rubrica Derivados.

27 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	1.767.841	1.792.383
Sector público administrativo	-	263.659
Outros devedores	4.725.938	1.532.814
Aplicações por recuperação de crédito	354.719	312.493
Outros proveitos a receber	2.449.622	1.772.311
Custos diferidos	2.797.200	2.672.847
Património artístico	105.723	78.982
Outras operações a regularizar	1.855.200	471.495
	<u>14.056.243</u>	<u>8.896.984</u>
Imparidade de outros activos	<u>(135.019)</u>	<u>(128.876)</u>
	<u>13.921.224</u>	<u>8.768.108</u>

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber no montante de Euros 1.767.841 (2006: Euros 1.792.383) representa o IVA a recuperar, por reembolsos pedidos, decorrentes da actividade do Grupo.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 440.061 (2006: Euros 429.621) referente a valores entregues à First Data Limited no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Outros devedores também inclui o montante de Euros 436.048 (2006: Euros 102.691) referente a cauções efectuadas junto da VISA, no âmbito da gestão de cartões de crédito.

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito, no montante de Euros 354.719 (2006: Euros 312.493) representa os valores relativos aos bens recuperados por resolução de contratos, cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.8.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui o montante de Euros 1.770.527 (2006: Euros 1.227.681) referente à comparticipação de resultados a receber das seguradoras relativamente à carteira de crédito angariada pelo Grupo.

A rubrica Custos diferidos inclui o montante de Euros 814.847 (2006: Euros 777.719) referente a comissões bancárias.

A rubrica Custos diferidos inclui também o montante de Euros 459.991 (2006: Euros 695.701) relativos ao diferimento das despesas com a montagem da operação de securitização BMORE Finance No. 4 plc e BMORE Finance No. 5 fundo.

A rubrica Imparidade de outros activos, refere-se a imparidade para aplicações por recuperação de crédito e os seus movimentos são analisados como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Saldo em 1 de Janeiro	128.876	152.987
Dotações do exercício	462.179	276.624
Reversões do exercício	(456.036)	(270.364)
Transferências	-	(30.371)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>135.019</u>	<u>128.876</u>

28 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Instituições de crédito no país	314.307.251	202.789.585
Instituições de crédito no estrangeiro	17.317.702	86.605.730
	<u>331.624.953</u>	<u>289.395.315</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito de acordo com o período remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Até 3 meses	1.312.530	20.978.708
3 meses até 1 ano	28.893.172	17.281.039
1 ano até 5 anos	272.884.669	228.605.199
Duração indeterminada (descobertos bancários)	28.534.582	22.530.369
	<u>331.624.953</u>	<u>289.395.315</u>

29 Recursos de clientes

Esta rubrica no montante de Euros 4.540.714 (2006: Euros 2.755.000) refere-se a depósitos com pré-aviso e depósitos à ordem, no âmbito da actividade do Grupo.

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

A rubrica Recursos de clientes tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2007	2006
	Euros	Euros
Até 3 meses	1.730.278	466.644
3 meses até 1 ano	199.607	201.220
1 ano até 5 anos	1.803.811	1.537.236
Duração indeterminada	807.018	549.900
	<u>4.540.714</u>	<u>2.755.000</u>

30 Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Empréstimos obrigacionistas	479.792.881	419.224.607
Papel comercial	44.642.305	-
	<u>524.435.186</u>	<u>419.224.607</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>		
Até 3 meses	26.876.877	7.599.663
3 meses até 1 ano	74.086.932	61.955.535
1 ano até 5 anos	278.829.072	348.529.864
Mais de 5 anos	100.000.000	1.139.545
	<u>479.792.881</u>	<u>419.224.607</u>
<i>Papel comercial:</i>		
3 meses até 1 ano	44.642.305	-
	<u>524.435.186</u>	<u>419.224.607</u>

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros
<i>Papel Comercial</i>				
Santander Totta 7ª emissão	Set/2007	Mar/2008	4,730%	10.000.000
BES Investimento 6ª emissão	Out/2007	Abr/2008	4,943%	20.000.000
Caixa BI 8ª emissão	Nov/2007	Jan/2008	4,825%	15.000.000
<i>Obrigações de caixa</i>				
Banco Mais, S.A.				
Banco Mais 2005-2010	Jun/2005	Jun/2010	Euribor 6 meses + 0,95%	20.000.000
Banco Mais 2007-2010	Mai/2007	Mai/2010	Euribor 6 meses + 0,50%	50.000.000
Banco Mais 2007-2012	Out/2007	Out/2012	Euribor 6 meses + 0,40%	30.000.000
BMORE Finance No. 3 plc				
Class A Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses +0,32%	10.685.185
Class B Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses +0,80%	11.314.424
Class C Secured Floating Rate	Mai/2002	Mai/2012	Euribor 3 meses +1,50%	8.889.905
BMORE Finance No. 4 plc				
Class A Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses +0,20%	200.732.239
Class B Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses +0,35%	15.740.000
Class C Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses +0,55%	17.260.000
Class D Secured Floating Rate	Mai/2004	Mai/2014	Euribor 3 meses +0,94%	12.000.000
BMORE Finance No. 5 fundo				
Senior Units A	Nov/2007	Nov/2010	Conduit +0,30%	100.000.000
<i>Periodificações e custos diferidos</i>				2.813.433
				524.435.186

Durante o exercício de 2007, o Grupo efectuou o reembolso de empréstimos obrigacionistas no montante de Euros 121.162.754 (2006: Euros 33.750.000).

31 Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como se segue:

	2007		2006	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
<i>Derivados de negociação</i>				
Contratos sobre taxas de juro:				
BMORE Finance No. 3	41.003.122	398.009	210.819.188	184.203
BMORE Finance No. 4	236.574.174	3.873.255	300.000.000	3.347.397
	<u>277.577.296</u>	<u>4.271.264</u>	<u>510.819.188</u>	<u>3.531.600</u>
Contratos sobre taxas de câmbio:				
<i>Forward rate agreements</i>	24.272.025	35.028	18.667.063	9.899
	<u>301.849.321</u>	<u>4.306.292</u>	<u>529.486.251</u>	<u>3.541.499</u>

A análise por maturidade dos Passivos financeiros detidos para negociação é a seguinte:

	2007		2006	
	Nocional Euros	Justo valor Euros	Nocional Euros	Justo valor Euros
Até 3 meses	39.982.878	276.709	45.692.505	196.805
De 3 meses a 1 ano	98.729.023	1.518.750	100.198.462	692.719
De 1 ano até 5 anos	163.137.420	2.510.833	382.455.739	2.644.097
Mais de 5 anos	-	-	1.139.545	7.878
	<u>301.849.321</u>	<u>4.306.292</u>	<u>529.486.251</u>	<u>3.541.499</u>

32 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
	<hr/>	<hr/>
Provisão para outros riscos e encargos	1.625.000	2.951.000
	<hr/>	<hr/>

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 1 de Janeiro	2.951.000	5.805.926
Dotações do exercício	25.000	11.638
Reversões do exercício	(1.350.000)	(2.806.463)
Utilizações	(1.000)	(60.101)
Saldo em 31 de Dezembro	<hr/> 1.625.000	<hr/> 2.951.000

33 Passivos subordinados

Esta rubrica representa as responsabilidades do Grupo relativamente ao empréstimo obrigacionista subordinado, emitido nas seguintes condições:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2007 Euros
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Banco Mais 2004/2011 com juro suplementar	Dez/2004	Mar/2011	Taxa fixa 2,5% + + juro suplementar	5.823.651
				<hr/>

O empréstimo obrigacionista Banco Mais 2004/2011 vence juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável. Os juros relativos à componente fixa são pagos anualmente à taxa de 2,5%. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social do Banco Mais, S.A. à data da subscrição, da qual resulta para 2007 a taxa de 17,5% sobre o resultado líquido deduzidos de reservas obrigatórias.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2007 Euros	2006 Euros
	<hr/>	<hr/>
De 1 a 5 anos	5.823.651	5.568.402
	<hr/>	<hr/>

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados são analisados como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Encargos imputados com passivos subordinados	4.772.745	3.812.971
Encargos pagos com passivos subordinados	4.503.115	3.338.587

34 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Cauções recebidas	14.482.403	15.105.832
Fornecedores de imobilizado em locação financeira	7.101.730	7.739.675
Comissões por angariação de contratos	2.244.099	2.623.456
Companhias de seguros	1.509.962	1.575.135
Outros credores	3.563.140	1.143.161
Custos a pagar com férias e subsídios de férias e bónus	891.760	772.891
Imposto do selo a pagar	476.474	391.090
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	171.665	105.532
Sector público administrativo	552.721	373.379
Outros custos a pagar	2.497.503	2.979.005
Proveitos diferidos	38.551	8.565
Outras contas de regularização	1.974.339	361.622
	35.504.347	33.179.343

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 14.482.403 (2006: Euros 15.105.832) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Fornecedores de imobilizado em locação financeira no montante de Euros 7.101.730 (2006: Euros 7.739.675) refere-se ao valor a pagar relativo ao contrato de locação financeira celebrado durante o exercício de 1999, que tem como objecto o imóvel das instalações do Grupo.

A rubrica Fornecedores de imobilizado em locação financeira, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2007	2006
	Euros	Euros
Até 3 meses	159.188	158.859
De 3 meses a 1 ano	640.102	488.000
De 1 ano até 5 anos	2.889.994	3.736.916
Mais de 5 anos	3.412.446	3.355.900
	7.101.730	7.739.675

A rubrica Comissões por angariação de contratos no montante de Euros 2.244.099 (2006: Euros 2.623.456) refere-se a comissões a pagar a angariadores de contratos, conforme mencionado na nota 3.

A rubrica Companhias de seguros no montante de Euros 1.509.962 (2006: Euros 1.575.135) refere-se a prémios de seguros de vida e protecção total recebidos de clientes a entregar pelo Grupo.

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 250.000 (2006: Euros 289.505), referente a incentivos promocionais a pagar pela angariação de contratos.

A rubrica Outros custos a pagar inclui ainda o montante de Euros 16.752 (2006: Euros 700.226) referentes à estimativa de valores a pagar a advogados e com despesas judiciais, decorrentes da actividade do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.596.450 referente a recebimentos de clientes que serão regularizados no início do próximo exercício, por contrapartida da rubrica de Crédito a clientes.

35 Capital

O capital social no montante de Euros 17.500.000 (2006: Euros 17.500.000), representado por 17.500.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A., é detida em 53,573% pela Auto - Industrial, S.A., sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras da Auto - Industrial, S.A..

36 Reserva legal

A Tecnicrédito SGPS, S.A., reforça anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Nos termos da legislação portuguesa, esta reserva não está, normalmente, disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente em Portugal, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais dependendo da actividade económica.

37 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Reservas de justo valor:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	4.775.887	(5.101.916)
Variações de justo valor	(170.365)	9.877.803
	<u>4.605.522</u>	<u>4.775.887</u>
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva legal	8.861.550	7.675.197
Outras reservas e resultados transitados	161.301.948	133.327.823
Diferença cambial de consolidação	174.014	757.374
	<u>170.337.512</u>	<u>141.760.394</u>

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos por operações de cobertura em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.4.

38 Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Garantias e avales prestados	6.215.557	5.691.466
Compromissos assumidos perante terceiros	14.489.288	7.367.737
Compromissos assumidos por terceiros	204.761.338	72.514.419
<i>Garantias reais:</i>		
Activos recebidos em garantia	2.765.081	105.900
<i>Outras contas extrapatrimoniais:</i>		
Créditos abatidos ao activo	30.635.777	29.847.792
Juros de crédito vencido anulados	33.407.674	26.502.548
<i>Rendas vincendas:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	113.295.124	91.716.434
De contratos com rendas em atraso	10.882.164	11.505.278
<i>Valores residuais:</i>		
De contratos sem rendas em atraso	19.288.397	15.518.959
De contratos com rendas em atraso	2.272.225	2.337.396

Os instrumentos financeiros são registados no Balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfolio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

39 Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2007 e eventos subsequentes

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 30% no capital do Galo, S.A., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 8.177.049. A 21 de Julho de 2007, ocorreu um aumento do capital social do Galo, S.A. no qual a Tecnicrédito SGPS, S.A. contribuiu no montante de Euros 7.710.641 passando a sua participação a valorizar o montante de Euros 15.887.690. O grupo financeiro Galo, S.A., é detido em 70% pela Société Générale e em 30% pela Tecnicrédito SGPS, S.A..

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 30% no capital da Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, S.A., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 309.643. A 25 de Julho de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. vendeu a participação que detinha na Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, S.A. pelo seu valor nominal ao Banco Pecúnia, S.A..

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 10% no capital da Credial – Empreendimentos e Serviços Ltda., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 287.806. A 25 de Julho de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. vendeu a participação que detinha na Credial – Empreendimentos e Serviços Ltda. pelo seu valor nominal ao Banco Pecúnia, S.A..

A Tecnicrédito SGPS, S.A. constituiu a Tcc Investments Luxembourg, SARL em 10 de Dezembro de 2007. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

Em 7 de Dezembro de 2007, o Banco Mais, S.A. concretizou a operação de securitização BMORE Finance No. 5 fundo, no âmbito da qual foram vendidos contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer operacional sobre veículos automóveis, máquinas agrícolas e créditos pessoais. Esta é uma operação integrada que se fará em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper* com um *revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em Euros 400.000.000.

40 Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos, passivos financeiros e juros associados, bem como as taxas de juro médias efectivas, são apresentados como se segue:

	2007		
	Balanço médio Euros	Juros médios Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações com instituições crédito	1.375.240	47.287	3,5%
Disponibilidades em outras instituições crédito	75.249.929	2.416.494	3,2%
Crédito a clientes	927.023.560	112.475.549	12,1%
Total de activos geradores de juros	1.003.648.729	114.939.330	11,5%
Activos não geradores de juros	52.654.664		
Total do Activo	1.056.303.393		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de instituições crédito	328.196.813	12.891.052	3,9%
Depósitos de clientes	2.694.450	90.304	3,4%
Títulos de dívida emitidos	451.012.185	20.113.336	4,5%
Passivos subordinados	5.696.077	4.772.655	17,5% ⁽¹⁾
Total de passivos geradores de juros	787.599.525	37.867.347	4,8%
Passivos não geradores de juros	55.229.288		
Total do Passivo	842.828.813		
Capital Próprio	213.474.580		
Total do Passivo e do Capital Próprio	1.056.303.393		
Taxa de remuneração dos activos		11,5%	

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzida das reservas obrigatórias.

	2006		
	Balço Médio Euros	Juros médios Euros	Taxa %
Activos geradores de juros:			
Aplicações com instituições crédito	561.426	13.500	2,4%
Disponibilidades em outras instituições crédito	62.315.060	1.775.979	2,9%
Crédito a clientes	788.131.964	99.311.253	12,7%
Total de activos geradores de juros	851.008.450	101.100.732	11,9%
Activos não geradores de juros	33.703.510		
Total do Activo	884.711.960		
Passivos geradores de juros:			
Recursos de instituições crédito	186.631.712	7.026.938	3,5%
Depósitos de clientes	3.363.959	112.356	3,3%
Títulos de dívida emitidos	428.617.563	18.141.559	3,4%
Passivos subordinados	5.202.401	3.991.315	17,5% ⁽¹⁾
Total de passivos geradores de juros	623.815.635	29.272.168	4,7%
Passivos não geradores de juros	85.499.009		
Total do Passivo	709.314.644		
Capital Próprio	175.397.316		
Total do Passivo e do Capital Próprio	884.711.960		
Taxa de remuneração dos activos	11,9%		

(1) A remuneração é de 17,5% sobre o resultado líquido deduzida das reservas obrigatórias.

41 Justo valor

A 31 de Dezembro de 2007, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	2007		
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros	Diferença Euros
Activos financeiros:			
Crédito a clientes	984.082.151	1.072.889.390	(88.807.239)
Detidos para negociação	5.697.311	5.697.311	-
Passivos financeiros:			
Depósitos de instituições crédito	331.624.953	331.624.953	-
Depósitos de clientes	4.540.714	4.540.714	-
Títulos de dívida emitidos	524.435.186	524.435.186	-
Detidos para negociação	4.306.292	4.306.292	-

A 31 de Dezembro de 2006, a decomposição dos activos e passivos financeiros do Grupo contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	2006		
	Valor contabilístico Euros	Justo valor Euros	Diferença Euros
Activos financeiros:			
Crédito a clientes	856.998.184	975.564.546	(118.566.362)
Detidos para negociação	4.213.237	4.213.237	-
Passivos financeiros:			
Depósitos de instituições crédito	289.395.315	289.395.315	-
Depósitos de clientes	2.755.000	2.755.000	-
Títulos de dívida emitidos	419.224.607	419.224.607	-
Detidos para negociação	3.541.499	3.541.499	-

42 Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento no exercício de 2007			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário
				31-12-07	31-12-06		Euros
Membros de Órgãos Sociais							
<i>Acções:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	522.135	522.135	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	227.155	227.155	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	Administrador	-	1.738.750	-	1.738.750	29-06-07	29,91
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
<i>Obrigações:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	8.207	8.207	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	3.683	3.683	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-

À data de 31 de Dezembro de 2007, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2007			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Auto-Industrial, S.A.	181.411	82.009	341.481	1.421.617

À data de 31 de Dezembro de 2006, o valor das transacções do Grupo com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	2006			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Auto-Industrial, S.A.	23.567	131.295	27.593	37.613

43 Indicadores do Balço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, o Grupo Tecnicrédito, concentra-se num único segmento de negócio que é o crédito ao consumo.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, o Grupo Tecnicrédito actua com especial enfoque nos mercados Português, Espanhol, Eslovaco, Húngaro e Brasileiro, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de outros mercados. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Espanha, Eslováquia, Hungria, Brasil e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Mais, S.A., em Portugal. O segmento Espanha inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España e o segmento Hungria encontra-se representado pela actividade do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság. O segmento Eslováquia encontra-se representado pela actividade do Banco Mais, S.A., Pobočka Zahraničnej Banky e o segmento Brasil representa essencialmente a actividade desenvolvida pelo Banco Pecúnia, S.A.. O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos.

Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	<u>Portugal</u> Euros	<u>Espanha</u> Euros	<u>Eslováquia</u> Euros	<u>Hungria</u> Euros	<u>Brasil</u> Euros	<u>Outros</u> Euros	<u>Total</u> Euros
Demonstração de resultados							
Juros e proveitos equiparados	84.646.093	11.291.052	856.148	17.862.723	-	288.159	114.944.175
Juros e custos equiparados	<u>(30.341.566)</u>	<u>(4.395.572)</u>	<u>(215.059)</u>	<u>(2.944.922)</u>	-	<u>19.362</u>	<u>(37.877.757)</u>
Margem financeira	54.304.527	6.895.480	641.089	14.917.801	-	307.521	77.066.418
Resultados de serviços e comissões	5.576.209	1.234.561	71.095	2.190.337	-	35.397	9.107.599
Resultados de activos e passivos de justo valor através de resultados	1.757.264	-	-	297.648	-	(735.820)	1.319.092
Outros resultados de exploração	<u>(1.023.368)</u>	<u>184.760</u>	<u>11.526</u>	<u>283.622</u>	-	<u>5.960.495</u>	<u>5.417.035</u>
Total de proveitos operacionais	60.614.632	8.314.801	723.710	17.689.408	-	5.567.593	92.910.144
Custos com o pessoal	5.772.340	1.317.512	264.160	1.468.310	-	228.518	9.050.840
Gastos gerais administrativos	10.397.996	2.279.228	571.790	3.353.305	-	1.552.559	18.154.878
Amortizações do exercício	<u>2.962.133</u>	<u>215.868</u>	<u>56.165</u>	<u>339.813</u>	-	<u>40.723</u>	<u>3.614.702</u>
Total de custos operacionais	19.132.469	3.812.608	892.115	5.161.428	-	1.821.800	30.820.420
Imparidade do crédito	11.166.557	5.593.634	(50.115)	1.922.080	-	-	18.632.156
Imparidade de outros activos	(154.186)	-	155.888	-	-	4.441	6.143
Outras Provisões	<u>(1.325.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.325.000)</u>
Resultado operacional	31.794.792	(1.091.441)	(274.178)	10.605.900	-	3.741.352	44.776.425
Resultado de associadas	-	-	-	-	919.864	-	919.864
Impostos correntes	(10.853.098)	217.052	-	(1.242.588)	-	-	(11.878.634)
Impostos diferidos	<u>2.883.458</u>	<u>(110.191)</u>	<u>195.964</u>	<u>(749.801)</u>	-	<u>94.209</u>	<u>2.313.639</u>
Resultado líquido	<u>23.825.152</u>	<u>(984.580)</u>	<u>(78.214)</u>	<u>8.613.511</u>	<u>919.864</u>	<u>3.835.561</u>	<u>36.131.294</u>

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Eslováquia Euros	Hungria Euros	Brasil Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.782	14.350	28.986	10.761	-	1.216	186.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito	85.851.288	3.208.992	92.620	324.459	-	772.570	90.249.929
Aplicações em instituições de crédito	(4.298.022)	-	-	-	-	6.145.650	1.847.628
Crédito a clientes	740.395.777	103.831.586	7.706.945	129.338.273	-	2.809.570	984.082.151
Activos financeiros detidos para negociação	4.969.826	-	-	727.485	-	-	5.697.311
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Derivados de cobertura	6.704.780	-	-	-	-	-	6.704.780
Investimentos em associadas	-	-	-	-	17.167.066	-	17.167.066
Activos tangíveis	15.168.950	552.564	170.144	737.363	-	79.095	16.708.116
Activos intangíveis	392.380	28.111	1.869	135.341	-	23.135	580.836
Activos por impostos correntes	(130.153)	-	-	342.615	-	-	212.462
Activos por impostos diferidos	(1.057.587)	1.676.038	197.403	-	-	99.504	915.358
Outros activos	9.043.532	1.299.771	64.371	415.696	-	3.097.854	13.921.224
Total do Activo	857.241.126	110.611.412	8.262.338	132.031.993	17.167.066	13.028.594	1.138.342.529
Recursos de outras instituições de crédito	123.950.051	102.328.491	6.452.745	96.980.976	-	1.912.690	331.624.953
Recursos de clientes	4.476.407	-	-	64.307	-	-	4.540.714
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	-	-	-	-	524.435.186
Passivos financeiros detidos para negociação	4.271.264	-	-	35.028	-	-	4.306.292
Derivados de cobertura	1.085.741	-	-	-	-	-	1.085.741
Provisões	98.056	1.526.944	-	-	-	-	1.625.000
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	-	5.823.651
Passivos por impostos correntes	469.564	-	-	-	-	-	469.564
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	352.753	-	-	352.753
Outros passivos	29.091.606	2.700.848	321.278	2.185.629	-	1.204.986	35.504.347
Total do Passivo	693.701.526	106.556.283	6.774.023	99.618.693	-	3.117.676	909.768.201
Total do Capital Próprio	163.539.600	4.055.129	1.488.315	32.413.300	17.167.066	9.910.918	228.574.328
Total do Passivo e do Capital Próprio	857.241.126	110.611.412	8.262.338	132.031.993	17.167.066	13.028.594	1.138.342.529

Os elementos da demonstração de resultados por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2006, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Outros Euros	Total Euros
Demonstração de resultados					
Juros e proveitos equiparados	73.591.492	9.574.049	19.212.071	272.859	102.650.471
Juros e custos equiparados	(22.156.965)	(3.037.250)	(5.388.670)	(331.538)	(30.914.423)
Margem financeira	51.434.527	6.536.799	13.823.401	(58.679)	71.736.048
Resultados de serviços e comissões	1.990.383	388.693	1.072.816	(1.140)	3.450.752
Resultados de activos e passivos de justo valor através de resultados	477.574	-	1.324.496	(1.057.239)	744.831
Outros resultados de exploração	2.563.823	471.518	(581.978)	(117.581)	2.335.782
Total de proveitos operacionais	56.466.307	7.397.010	15.638.735	(1.234.639)	78.267.413
Custos com o pessoal	5.082.258	1.087.799	1.147.232	310.843	7.628.132
Gastos gerais administrativos	9.672.306	1.757.980	2.648.674	1.904.584	15.983.544
Amortizações do exercício	2.174.408	173.361	265.345	37.610	2.650.724
Total de custos operacionais	16.928.972	3.019.140	4.061.251	2.253.037	26.262.400
Imparidade do crédito	4.762.146	3.757.020	2.127.590	289.736	10.936.492
Imparidade de outros activos	6.260	-	-	-	6.260
Outras provisões	(2.795.825)	1.000	-	-	(2.794.825)
Resultado operacional	37.564.754	619.850	9.449.894	(3.777.412)	43.857.086
Impostos correntes	(9.622.191)	(832.366)	(2.308.924)	-	(12.763.481)
Impostos diferidos	1.252.184	615.419	341.896	-	2.209.499
Resultado líquido	29.194.747	402.903	7.482.866	(3.777.412)	33.303.104

Os elementos do balanço por mercados geográficos do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2006, são analisados como segue:

	Portugal Euros	Espanha Euros	Hungria Euros	Outros Euros	Total Euros
Balanço					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	48.518	29.928	11.514	33.694	123.654
Disponibilidades em outras instituições de crédito	61.508.807	2.338.415	287.556	194.921	64.329.699
Aplicações em instituições de crédito	220.000	-	-	682.852	902.852
Crédito a clientes	658.351.431	97.608.830	98.761.985	2.275.938	856.998.184
Activos financeiros detidos para negociação	3.223.489	-	989.748	-	4.213.237
Activos financeiros disponíveis para venda	66.723	-	-	-	66.723
Derivados de cobertura	5.355.662	-	-	-	5.355.662
Activos tangíveis	15.615.805	596.800	693.694	221.052	17.127.351
Activos intangíveis	198.144	20.932	66.204	3.539	288.819
Activos por impostos correntes	1.309.823	-	-	-	1.309.823
Activos por impostos diferidos	(1.291.314)	1.354.107	392.898	-	455.691
Outros activos	8.168.253	186.034	303.220	110.601	8.768.108
Total do Activo	752.775.341	102.135.046	101.506.819	3.522.597	959.939.803
Recursos de outras instituições de crédito	120.936.505	93.985.196	72.168.549	2.305.065	289.395.315
Recursos de clientes	2.755.000	-	-	-	2.755.000
Responsabilidades representadas por títulos	419.125.209	-	-	99.398	419.224.607
Passivos financeiros detidos para negociação	3.531.600	-	9.899	-	3.541.499
Provisões	1.467.427	1.448.925	-	34.648	2.951.000
Passivos subordinados	5.568.402	-	-	-	5.568.402
Passivos por impostos correntes	3.181.129	393.127	218.461	-	3.792.717
Passivos por impostos diferidos	2.192.535	-	-	-	2.192.535
Outros passivos	30.375.308	1.268.089	1.129.122	406.824	33.179.343
Total do Passivo	589.133.115	97.095.337	73.526.031	2.845.935	762.600.418
Total do Capital Próprio	163.642.226	5.039.709	27.980.788	676.662	197.339.385
Total do Passivo e do Capital Próprio	752.775.341	102.135.046	101.506.819	3.522.597	959.939.803

44 Empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os activos, passivos e resultados da Tecnicrédito SGPS, S.A. e das suas empresas subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo de empresas subsidiárias da Tecnicrédito SGPS, S.A., era constituído como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Actividade económica	Capital Euros	% Participação	
				directa	indirecta
Banco Mais, S.A.	Lisboa	Actividade bancária	100.000.000	100%	-
Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.	Lisboa	Aluguer de longa duração	1.000.000	100%	-
Margem - Mediação de Seguros, Lda.	Lisboa	Mediação de seguros	6.235	100%	-
Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság	Budapeste	Actividade bancária	12.158.090	-	100%
Tecnicrédito Cayman, Inc.	Ilhas Caimão	Investimentos financeiros	100.000	100%	-
Tcc Investments, Ltd.	Ilhas Caimão	Investimentos financeiros	500.000	-	100%
Tcc Investments Luxembourg, SARL.	Luxemburgo	Investimentos financeiros	12.500	100%	-

O Banco Mais, S.A., é um banco privado com sede social em Lisboa, e tem como objecto social o exercício da actividade bancária e a realização de todas as operações permitidas aos bancos pela lei actual ou futura. A 31 de Dezembro de 2007, o Banco Mais, S.A. detém sucursais em Espanha, Eslováquia e Polónia.

A Sucursal em Espanha foi constituída em 12 de Julho de 2001, com o nome de Banco Mais, S.A. (Espanha), Sucursal en España.

Em 15 de Julho de 2005, o Banco Mais, S.A. constituiu uma Sucursal na Eslováquia com o nome de “Banco Mais, S.A., Pobočka zahraničnej banky”.

A Sucursal na Polónia foi constituída em 27 de Março de 2006, com o nome de “Banco Mais Spółka Akcyjna Oddział w Polsce”.

A Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A., foi constituída em 2 de Fevereiro de 1989, tendo por objecto social o aluguer de veículos automóveis com e sem condutor.

A Margem - Mediação de Seguros, Lda. foi constituída em Março de 1980 e tem por objecto social a mediação de seguros.

O Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság foi constituído em 1 de Maio de 1998 e tem como objecto social o exercício da actividade bancária.

A Tecnicrédito Cayman, Inc. foi constituída em 22 de Dezembro de 1999. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

A Tcc Investments, Ltd. foi constituída em 5 de Maio de 1999. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

A Tcc Investments Luxembourg, SARL foi constituída em 10 de Dezembro de 2007. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

45 Gestão de riscos da actividade

O Grupo Tecnicrédito SGPS está exposto aos seguintes riscos, que podem ser organizados em quatro grupos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

O Grupo dispõe de uma política centralizada de previsão, avaliação, gestão, controlo e mitigação dos riscos da actividade, baseada em princípios de rigor e de prudência que sempre pautaram o desenvolvimento sustentado do negócio. É através do Sistema de Controlo Interno que o Grupo define e faz implementar as políticas de gestão de risco e respectivos objectivos emanados pelo Conselho de Administração.

É da competência do Conselho de Administração a definição dos princípios de gestão e controlo de riscos em todas as suas vertentes – financeiros e não financeiros. A Direcção de Risco, órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do Grupo, é responsável pela análise dos vários riscos e respectivo reporte ao Conselho de Administração. Esta direcção foi criada no segundo semestre de 2007 como departamento autónomo da estrutura organizacional do Grupo e foi fruto da constante preocupação do Conselho de Administração do Grupo em adequar a sua estrutura e capacidade de resposta ao crescimento da actividade e aos cada vez mais exigentes desenvolvimentos legais e normativos, nomeadamente os introduzidos por Basileia II.

As principais responsabilidades da Direcção de Risco são a avaliação e gestão dos riscos de natureza financeira (risco de crédito, mercado, taxa de juro e cambial) e não financeira (risco operacional, dos sistemas de informação, de estratégia, de compliance e de reputação). De entre as funções desempenhadas por esta direcção destacam-se as seguintes:

- Análise e gestão do risco de crédito;
- Desenvolvimento, implementação e acompanhamento dos modelos no âmbito do sistema de notação interna (Basileia II);
- Classificação de risco dos pontos de venda originadores de crédito;
- Gestão do risco operacional;
- Elaboração de relatórios/reportes para o Banco de Portugal;
- Preparação de relatórios/reportes para a Administração;
- Elaboração de relatórios/reportes para outras entidades externas e internas.

Risco de crédito

O Conselho de Administração define e revê periodicamente a estratégia de gestão de risco de crédito. Esta estratégia estabelece a política de risco a implementar e o nível de rentabilidade esperado em função dos diferentes graus de risco de crédito passíveis de serem assumidos. Na política de risco estabelecida são definidos os limites globais de crédito a nível individual e de grupo e o processo para aprovação de novos créditos e renovação de créditos existentes.

No regulamento de crédito de cada sucursal e das subsidiárias do Grupo, discutido e aprovado centralmente mas devidamente adaptado às especificidades de cada país, está definido e documentado o referido processo de concessão de crédito. O incumprimento deste regulamento é regulado pelo sistema informático implementado, que foi desenvolvido internamente de forma a responder às necessidades específicas do negócio. O cumprimento do regulamento de crédito e a detecção de eventuais falhas de controlo são também verificados através de auditorias internas regulares a processos seleccionados aleatoriamente.

A concessão de crédito assenta numa rigorosa análise, que considera o scoring das propostas apresentadas, entrando em linha de conta com diversas variáveis que afectam o risco potencial das operações. No âmbito do novo acordo de capital regulamentar Basileia II e respeitando os normativos legais decorrentes do mesmo, o Grupo desenvolveu e implementou novos modelos internos de notação de risco. Neste âmbito, encontram-se implementados os scorings de admissão (desde início de 2007) e de acompanhamento (desde final de 2007) para a actividade desenvolvida em Portugal, estando em fase de implementação os scorings de admissão e de acompanhamento para a actividade na Hungria.

O Grupo possui modelos de avaliação do risco de crédito que permitem a produção de informação de forma integrada e segmentada. Esta informação é elaborada pela Direcção de Risco e mensalmente reportada à Administração para acompanhamento e gestão permanente do risco das carteiras de crédito originadas em cada ano e relativas a cada produto pelas diferentes participadas e sucursais. É também reportada informação sobre risco de crédito a entidades externas, de entre as quais se destaca o Banco de Portugal.

A definição anual do *pricing* de cada produto está assente em critérios que permitem controlar à partida o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir em cada ano em função da rentabilidade pretendida. O cálculo deste *pricing* baseia-se nos custos de *funding*, nos custos administrativos, no risco associado às operações e no *spread* líquido que se pretende obter em cada segmento, relevando ainda a concorrência de cada segmento.

A repartição por sectores de actividade de exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

(Valores expressos em euros)

	2007						Garantias prestadas
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	124.659.418	10.603.372	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	2.349.717	199.864	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	948.559.528	80.683.276	-	-	-	-	-
Outros	-	-	5.697.311	-	69.573	-	6.215.557
Total	1.075.568.663	91.486.512	5.697.311	-	69.573	-	6.215.557

(Valores expressos em euros)

	2006						Garantias prestadas
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Crédito a empresas	114.380.833	8.656.061	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Habitação	2.748.062	207.966	-	-	-	-	-
Crédito a particulares - Outro	810.034.762	61.301.446	-	-	-	-	-
Outros	-	-	4.213.237	-	66.723	-	5.691.466
Total	927.163.657	70.165.473	4.213.237	-	66.723	-	5.691.466

Risco de mercado

As características da actividade desenvolvida pelo Grupo permitem que a sua exposição ao risco de mercado seja residual. Ainda assim, a Administração instituiu políticas de gestão que impõem o acompanhamento regular do risco de taxa de juro e do risco cambial.

Semestralmente é elaborado um relatório de exposição do Grupo ao risco de mercado, considerando as maturidades, repricings e moedas das exposições, incluindo rubricas de balanço e extrapatrimoniais, avaliando potenciais perdas em cenários de evolução de taxas.

No que respeita ao risco cambial, o Bank Plus Bank Zártkorúen Múködó Részvénytársaság é a entidade do Grupo cuja carteira de crédito apresenta níveis significativos de exposição a moeda estrangeira para o Grupo. Com o objectivo único de se proteger da sua carteira de crédito indexada em moeda estrangeira (euros e francos suíços) de variações cambiais, esta Sociedade segue uma política de contínua constituição de responsabilidades em moeda e montante equivalente à carteira de crédito indexada a cada moeda.

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2007						
	Valor de Balço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.094	36.181	149.913	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.249.929	-	90.249.929	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1.847.628	-	1.847.628	-	-	-	-
Créditos a clientes	984.082.151	-	143.722.982	249.550.625	92.823.456	452.546.720	45.438.368
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
<i>Passivo</i>							
Recursos de outras instituições de crédito	331.624.953	-	77.118.369	75.263.243	20.000.000	159.243.340	-
Recursos de clientes	4.540.714	-	4.540.714	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	25.710.853	128.666.846	70.062.392	250.868.881	49.126.215
Passivos financeiros detidos para negociação	4.306.292	-	243.121	427.182	964.660	2.671.329	-
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	5.823.651	-

A análise da exposição ao risco de taxa de juro, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006, encontra-se apresentada como segue:

(Valores expressos em euros)

	2006						
	Valor de Balço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	123.654	52.536	71.118	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.329.699	-	64.329.699	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	902.852	-	902.852	-	-	-	-
Créditos a clientes	856.998.184	-	196.928.174	48.687.319	106.782.581	458.508.608	46.091.501
Activos financeiros disponíveis para venda	66.723	-	-	-	-	-	66.723
<i>Passivo</i>							
Recursos de outras instituições de crédito	289.395.315	-	49.478.700	5.000.000	336.888	234.579.727	-
Recursos de clientes	2.755.000	-	2.755.000	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	419.224.607	-	6.288.031	4.070.428	57.868.386	349.858.217	1.139.545
Passivos financeiros detidos para negociação	3.541.499	-	26.844	16.645	3.385.622	112.388	-
Passivos subordinados	5.568.402	-	-	-	-	5.568.402	-

De acordo com o definido pela instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal, uma variação da taxa de juro de 200 p.b. origina um impacto acumulado negativo no Capital próprio no montante de Euros 663.868 que corresponde a um impacto negativo de 0,3%. A mesma variação da taxa de juro para os instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano origina um impacto acumulado na Margem financeira no montante de Euros 4.711.541 que corresponde a um impacto positivo de 2,7%.

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

(Valores expressos em euros)

	2007					Real Brasileiro	Valor Total
	Euro	Coroa Eslovaca	Zloty Polaco	Forint Húngaro	Franco Suíço		
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	145.132	28.986	1.216	10.761	-	-	186.095
Disponibilidades em outras instituições de crédito	89.910.961	355	15.063	323.550	-	-	90.249.929
Aplicações em instituições de crédito	1.346.989	-	500.639	-	-	-	1.847.628
Créditos a clientes	849.436.747	7.534.216	1.846.242	9.628.662	115.636.284	-	984.082.151
Activos financeiros detidos para negociação	4.969.826	-	-	249.994	477.491	-	5.697.311
Activos financeiros disponíveis para venda	69.573	-	-	-	-	-	69.573
Derivados de cobertura	6.704.780	-	-	-	-	-	6.704.780
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	17.167.066	17.167.066
Activos tangíveis	15.721.514	170.144	79.095	737.363	-	-	16.708.116
Activos intangíveis	420.491	1.869	23.135	135.341	-	-	580.836
Activos por impostos correntes	(130.153)	-	-	342.615	-	-	212.462
Activos por impostos diferidos	618.451	197.403	99.504	-	-	-	915.358
Outros activos	13.440.989	64.371	168	415.696	-	-	13.921.224
Total do Activo	982.655.300	7.997.344	2.565.062	11.843.982	116.113.775	17.167.066	1.138.342.529
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	231.223.391	6.452.745	-	3.764.275	90.184.542	-	331.624.953
Recursos de clientes	4.476.407	-	-	64.307	-	-	4.540.714
Responsabilidades representadas por títulos	524.435.186	-	-	-	-	-	524.435.186
Passivos financeiros detidos para negociação	4.271.264	-	-	35.028	-	-	4.306.292
Derivados de cobertura	1.085.741	-	-	-	-	-	1.085.741
Provisões	1.625.000	-	-	-	-	-	1.625.000
Passivos subordinados	5.823.651	-	-	-	-	-	5.823.651
Passivos por impostos correntes	469.564	-	-	-	-	-	469.564
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	352.753	-	-	352.753
Outros passivos	33.931.351	321.277	96.321	652.882	502.516	-	35.504.347
Total do Passivo	807.341.555	6.774.022	96.321	4.869.245	90.687.058	-	909.768.201
Total Capital próprio	175.313.745	1.223.322	2.468.741	6.974.737	25.426.717	17.167.066	228.574.328
Total do passivo e capital próprio	982.655.300	7.997.344	2.565.062	11.843.982	116.113.775	17.167.066	1.138.342.529

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2006, por moeda, é analisado como segue:

(Valores expressos em euros)

	2006					Valor Total
	Euro	Coroa Eslovaca	Zloty Poláco	Forint Húngaro	Franco Suíço	
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	78.445	33.695	-	11.514	-	123.654
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.050.619	460	146	266.354	12.120	64.329.699
Aplicações em instituições de crédito	220.000	-	682.852	-	-	902.852
Créditos a clientes	763.302.702	2.275.940	-	8.956.354	82.463.188	856.998.184
Activos financeiros detidos para negociação	3.223.489	-	-	590.993	398.755	4.213.237
Activos financeiros disponíveis para venda	66.723	-	-	-	-	66.723
Derivados de cobertura	5.355.662	-	-	-	-	5.355.662
Outros activos tangíveis	16.212.605	155.305	65.747	693.694	-	17.127.351
Activos intangíveis	219.076	2.964	575	66.204	-	288.819
Activos por impostos correntes	1.091.362	-	-	218.461	-	1.309.823
Activos por impostos diferidos	62.793	-	-	392.898	-	455.691
Outros activos	8.617.090	20.341	45.918	84.759	-	8.768.108
Total do Activo	862.500.566	2.488.705	795.238	11.281.231	82.874.063	959.939.803
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	223.095.248	2.305.065	-	1.816.547	62.178.455	289.395.315
Recursos de clientes	2.755.000	-	-	-	-	2.755.000
Responsabilidades representadas por títulos	419.224.607	-	-	-	-	419.224.607
Passivos financeiros detidos para negociação	3.531.601	-	-	9.898	-	3.541.499
Provisões	2.916.352	34.648	-	-	-	2.951.000
Passivos subordinados	5.568.402	-	-	-	-	5.568.402
Passivos por impostos correntes	3.792.717	-	-	-	-	3.792.717
Passivos por impostos diferidos	2.192.535	-	-	-	-	2.192.535
Outros passivos	31.680.631	135.908	15.221	1.114.472	233.111	33.179.343
Total do Passivo	694.757.093	2.475.621	15.221	2.940.917	62.411.566	762.600.418
Total Capital próprio	167.743.473	13.084	780.017	8.340.314	20.462.497	197.339.385
Total do passivo e capital próprio	862.500.566	2.488.705	795.238	11.281.231	82.874.063	959.939.803

Risco de Liquidez

O planeamento financeiro e de liquidez é elaborado e gerido numa perspectiva de Grupo e contempla medidas preventivas para casos de falhas na obtenção de liquidez no mercado.

A política de captação de financiamentos assenta em primeiro lugar no princípio da diversidade das fontes de financiamento, e em segundo lugar na eficiência em termos de custo. A prioridade dada ao princípio da diversidade sustenta o empenho na não concentração excessiva em determinada fonte de financiamento, o que tem implicações preventivas em casos de escassez ou interrupções da oferta em qualquer uma, individualmente, das fontes de financiamento no mercado.

O Grupo procura ter, e tem em permanência, um conjunto de linhas de crédito negociadas e não utilizadas que poderão ser utilizadas em caso de necessidade.

Anualmente é elaborado e integrado no orçamento geral do Grupo um orçamento das necessidades de tesouraria para cada actividade, que quantifica e integra as directrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento. Este orçamento é analisado e aprovado pela Administração.

Com uma periodicidade mensal é revisto e actualizado o orçamento de tesouraria para os doze meses seguintes, sendo que é igualmente elaborado e dado a conhecer à Direcção Financeira e à Administração, um relatório de tesouraria que releva entre outros, a gestão da liquidez e da execução do orçamento de Tesouraria bem como a avaliação e controlo das exigências líquidas de fundos actuais e expectáveis em função de simulações de diversos cenários no que concerne às necessidades de fundos e à disponibilidade dos instrumentos financeiros projectados.

Mensalmente é ainda preparado e apresentado ao Conselho de Administração o mapa de gestão de fundos que enuncia, entre outras, todas as linhas de crédito contratadas, valores negociados e respectivas utilizações.

Na gestão de liquidez são controladas diariamente as obrigações das empresas do Grupo versus os recursos que as mesmas necessitam de disponibilizar.

Cada operação significativa de tesouraria é feita com o pressuposto do Grupo ter uma folga temporal de, no mínimo, 3 meses para que, caso a operação não se concretize, o Banco possa manter a sua actividade normal enquanto estuda e negocia uma operação alternativa, recorrendo temporariamente às referidas linhas de crédito negociadas e não utilizadas.

Relativamente ao risco de liquidez, o Bank Plus Bank Zártkorúen Múkodó Részvénytársaság usa operações cambiais activas para fazer um *hedging* da sua carteira de crédito concedido em moeda estrangeira, de forma que variações na carteira da empresa tenham compensações equivalentes no valor das operações cambiais. Estas operações são efectuadas moeda a moeda, nomeadamente euros e francos suíços.

Risco Operacional

As Normas Internas do Grupo estão disponíveis a todos os colaboradores, sendo o Gabinete de Estudo o órgão de staff independente, que reporta directamente à Administração, que tem à sua responsabilidade, em parceria com as diversas áreas funcionais de Portugal e dos restantes países, a elaboração e actualização periódica dos normativos internos do Grupo, bem como a sua comunicação.

No que respeita ao risco operacional, em paralelo com as referidas Normas Internas, que são elas próprias e a forma como são divulgadas e regularmente actualizadas mitigadoras do risco operacional e promotoras da divulgação e adequado tratamento e resolução de situações eventualmente geradoras de risco operacional, o Grupo implementou em 2007, o módulo de registo dos eventos de risco operacional para a actividade em Portugal, Espanha e Hungria, sendo produzidos mensalmente relatórios sobre os resultados obtidos e reportados esses resultados à Administração e às deferentes áreas para análise, gestão e correcção das situações registadas.

O Grupo tem em desenvolvimento e implementação um Plano de Contingência, que, na parte respeitante à garantia do funcionamento contínuo da actividade após a ocorrência de eventos susceptíveis de afectar essa continuidade (*Business Continuity Management*), nomeadamente no que respeita à impossibilidade, parcial ou total, de desenvolvimento da sua actividade a partir do Edifício Sede, situado na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, se encontra implementado. Esta parte do projecto, desenvolvida em parceria com a IBM, dividiu-se em 3 fases: *Business Impact Analysis*, *Disaster Recovery Plan* e *Business Continuity Plan*.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição de estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo para 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007	2006
	Euros	Euros
A - Fundos próprios		
Capital realizado, prémios de emissão e acções próprias	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	60.367	60.367
Resultados, reservas legais, estatutárias e resultados não distribuídos	169.890.660	141.618.069
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	30.531.294	28.403.104
Reservas de reavaliação cambiais e de justo valor negativas	386.485	81.959
Activos Intangíveis, desvios actuariais em balanço e <i>goodwill</i>	(633.179)	(288.819)
A1 - Fundos próprios de base excluindo acções preferenciais (CORE TIER I)	217.735.627	187.374.680
A2 - Fundos próprios de base (TIER I)	217.735.627	187.374.680
Divida subordinada elegível	4.000.000	5.000.000
Fundos próprios complementares (TIER II)	4.000.000	5.000.000
Interesses em instituições de crédito e outras instituições financeiras	17.114.721	-
A3 - Fundos próprios elegíveis totais	204.620.906	192.374.680
B- Activos de risco equivalentes		
Calculados de acordo com o Aviso 1/93 (carteira bancária)	1.261.940.957	1.008.644.531
Total de activos de risco equivalentes	1.261.940.957	1.008.644.531
C- Rácios prudenciais		
Rácio Core Tier 1 (A1 / B)	17,25%	18,58%
Rácio Tier 1 (A2 / B)	17,25%	18,58%
Rácio de Solvabilidade (A3 / B)	16,21%	19,07%

46 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto)- Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) - Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘*puttable*’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘*puttable*’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reaquisição (instrumentos ‘*puttable*’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11, IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 - Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 - IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Com a respectiva Certificação Legal das Contas)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Tecnicrédito SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 104.736.702 euros e um total de capital próprio de 104.494.332 euros, incluindo um resultado líquido de 16.774.733 euros), as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Tecnicrédito SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
representada por



Jean-éric Gaigne
(ROC n° 1013)

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Demonstração de Resultados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2007	2006
Juros e proveitos equiparados	3	98,973	540,552
Juros e custos equiparados	3	<u>(118,494)</u>	<u>(314,283)</u>
Margem financeira		(19,521)	226,269
Rendimentos de instrumentos de capital	4	16,947,398	11,946,694
Encargos com serviços e comissões	5	(66,209)	(63,706)
Resultados em operações financeiras	6	35,295	4,357
Outros resultados de exploração	7	<u>(4,596)</u>	<u>(32,678)</u>
Total de proveitos operacionais		16,892,367	12,080,936
Gastos gerais administrativos	8	<u>(153,061)</u>	<u>(228,980)</u>
Total de custos operacionais		(153,061)	(228,980)
Provisões	19	<u>(25,000)</u>	<u>(10,638)</u>
Resultado operacional		16,714,306	11,841,318
Impostos correntes	9	(1,040)	-
Impostos diferidos	9	<u>61,467</u>	<u>22,209</u>
Resultado líquido do exercício		<u>16,774,733</u>	<u>11,863,527</u>
Resultado por acção			
Básico	10	0.96	0.68
Diluído	10	0.96	0.68

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em Euros)

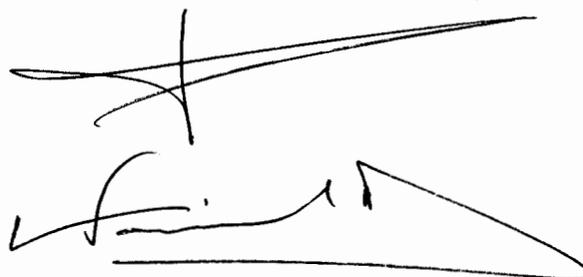
Activo	Notas	2007	2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	23,258	38,875
Aplicações em instituições de crédito	12	320,000	848,947
Activos financeiros disponíveis para venda	13	100	100
Investimentos em subsidiárias e associadas	14	103,192,223	87,292,033
Activos por impostos correntes	15	11,193	1,114,157
Activos por impostos diferidos	16	124,261	62,794
Outros activos	17	1,065,667	3,562,142
		<u>104,736,702</u>	<u>92,919,048</u>
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	18	31,943	10,492
Provisões	19	125,000	100,000
Outros passivos	20	85,427	188,957
Total do Passivo		<u>242,370</u>	<u>299,449</u>
Capital Próprio			
Capital	21	17,500,000	17,500,000
Reservas e resultados transitados	22 e 23	70,219,599	63,256,072
Resultado líquido do exercício		16,774,733	11,863,527
Total do Capital Próprio		<u>104,494,332</u>	<u>92,619,599</u>
		<u>104,736,702</u>	<u>92,919,048</u>

Contas extrapatrimoniais (Nota 24)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Zulmira Gonçalves de Silva Baptista

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Tecnicrédito SGPS, S.A.

Demonstração de Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em Euros)

	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e comissões recebidas	98,973	8,097,314
Pagamentos de juros e comissões	(216,388)	(1,016,005)
Pagamentos a fornecedores e empregados	(143,013)	(229,313)
Outros pagamentos e recebimentos	34,281	(31,586)
	<u>(226,147)</u>	<u>6,820,410</u>
Aumentos de activos operacionais:		
Fundos adiantados a clientes		
Aumentos nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	-	(10,157,518)
	-	(10,157,518)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	1,098,342	(1,717,378)
	<u>1,098,342</u>	<u>(11,874,896)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Depósitos no Banco de Portugal		
Aplicações em instituições de crédito	528,947	(848,947)
Aquisições de participações financeiras	(15,900,190)	-
Alienação de participações financeiras	-	7,136
Reembolso de obrigações	-	30,000,000
Dividendos recebidos	16,947,398	11,946,694
Aumento em outras contas do activo	2,496,475	(3,273,863)
	<u>4,072,630</u>	<u>37,831,020</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento / Diminuição em:		
Reembolsos de papel comercial	-	(10,000,000)
Dividendos distribuídos	(4,900,000)	(2,800,000)
Outras contas de passivo	(81,893)	(10,590,156)
	<u>(4,981,893)</u>	<u>(23,390,156)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(37,068)	9,386,378
Caixa e equivalentes no início do exercício	28,383	(9,357,995)
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>(8,685)</u>	<u>28,383</u>

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Mapa de Alterações no Capital Próprio para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em Euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Reserva justo valor	Outras reservas e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	83,553,925	17,500,000	1,907,716	(2,147)	64,148,356
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	5,767,481	-	(5,767,481)
Distribuição de dividendos	(2,800,000)	-	-	-	(2,800,000)
Alteração do justo valor	2,147	-	-	2,147	-
Resultado líquido do exercício	11,863,527	-	-	-	11,863,527
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	92,619,599	17,500,000	7,675,197	-	67,444,402
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	1,186,353	-	(1,186,353)
Distribuição de dividendos	(4,900,000)	-	-	-	(4,900,000)
Resultado líquido do exercício	16,774,733	-	-	-	16,774,733
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	104,494,332	17,500,000	8,861,550	-	78,132,782

Tecnicrédito SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2007 e 2006

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Tecnicrédito SGPS, S.A. (Tecnicrédito SGPS ou Sociedade), foi constituída em 4 de Abril de 1997 por transformação da Alto do Vieiro - Serviço Automóvel, Lda., tendo iniciado a actividade nessa data.

A Sociedade tem por objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Tecnicrédito SGPS são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da Tecnicrédito SGPS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) - Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Sociedade. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 2.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de Fevereiro de 2008.

1.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

A Sociedade designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando a Sociedade tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

1.4 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.5 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.6 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

1.7 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.8 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.9 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como acções próprias.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

1.10 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.11 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Juros e proveitos equiparados:</i>		
Juros de obrigações	90	397.102
Juros de depósitos com pré-aviso	39.345	118.390
Outros juros e proveitos	59.538	25.060
	<u>98.973</u>	<u>540.552</u>
<i>Juros e custos equiparados:</i>		
Juros de recursos de instituições de crédito	77.832	55.723
Juros de papel comercial	-	195.143
Juros de operações de derivativos	-	2.998
Outros juros e custos	40.662	60.419
	<u>118.494</u>	<u>314.283</u>
Margem financeira	<u>(19.521)</u>	<u>226.269</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Juros de obrigações no montante de Euros 397.102 refere-se ao rendimento das Obrigações de caixa – Banco Mais 2003/2006 juro suplementar, que foram reembolsadas durante o exercício de 2006.

A rubrica Outros juros e proveitos no montante de Euros 59.538 (2006: Euros 25.060) refere-se a juros de empréstimos de apoio à tesouraria concedidos a empresas do Grupo.

A rubrica Outros juros e custos no montante de Euros 40.662 (2006: Euros 60.419) refere-se a juros de empréstimos de apoio à tesouraria obtidos junto de empresas do Grupo.

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica refere-se aos dividendos recebidos pela Tecnicrédito SGPS, S.A., das empresas participadas e é composta por:

	2007	2006
	Euros	Euros
Banco Mais, S.A.	15.000.000	10.000.000
Margem – Mediação de Seguros, Lda.	1.758.207	1.943.694
Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A.	189.191	-
Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság	-	3.000
	<u>16.947.398</u>	<u>11.946.694</u>

5 Encargos com serviços e comissões

Esta rubrica no montante de Euros 66.209 (2006: Euros 63.706) inclui o montante de Euros 62.679 (2006: Euros 49.933) referente ao custo com comissões por emissão de papel comercial, conforme referido na nota 17.

6 Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Lucros em operações financeiras:</i>		
Ganhos em diferenças cambiais	40.394	4.513
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>		
Perdas em diferenças cambiais	(5.099)	(156)
Resultados líquidos de operações financeiras	<u>35.295</u>	<u>4.357</u>

7 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Outros proveitos de exploração	58	-
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	(3.582)	(5.449)
Outros custos de exploração	(1.072)	(27.229)
	<u>(4.654)</u>	<u>(32.678)</u>
	<u>(4.596)</u>	<u>(32.678)</u>

8 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2007	2006
	Euros	Euros
Despesas com deslocações, estadas e representação	20.795	7.483
Publicidade	2.861	9.758
Serviços judiciais, de contencioso e notariado	770	1.876
Serviços especializados	128.480	209.863
Outros serviços de terceiros	155	-
	<u>153.061</u>	<u>228.980</u>

A rubrica Serviços especializados, inclui o montante de Euros 81.996 (2006: Euros 125.559) relativos a serviços de assessoria financeira relacionados com a aquisição da participação social da empresa Galo, S.A..

9 Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
<i>Imposto corrente:</i>		
Do ano	1.040	-
<i>Imposto diferido:</i>		
Diferenças temporárias	61.467	22.209
	60.427	22.209

A Sociedade está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado pela Sociedade com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2007		2006	
	%	Euros	%	Euros
Lucro antes de impostos		16.714.306		11.841.318
Taxa de imposto corrente	26,5%	4.429.291	27,5%	3.256.362
Provisões não dedutíveis			0,02%	2.925
Dividendos excluídos de tributação	-26,87%	(4.491.060)	-27,74%	(3.285.341)
Diferenças temporárias	-0,37%	(61.467)	-0,19%	(22.209)
Tributação autónoma e outros impactos	0,38%	62.809	0,22%	26.054
	-0,36%	(60.427)	-0,19%	(22.209)

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2007	2006
	Euros	Euros
Prejuízos fiscais reportáveis	52.023	23.685
Provisões não aceites	9.444	(894)
Dividendos recebidos	-	(582)
	<u>61.467</u>	<u>22.209</u>

10 Resultado por acção

O resultado por acção é calculado da seguinte forma:

	2007	2006
	Euros	Euros
Resultado líquido	16.774.733	11.863.527
Número médio de acções	<u>17.500.000</u>	<u>17.500.000</u>
Resultado por acção básico	0,96	0,68

O resultado por acção básico é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pela Tecnicrédito SGPS, S.A. e detidas na carteira como acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Sociedade não detinha acções potenciais ordinárias, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

11 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica no montante de Euros 23.258 (2006: Euros 38.875), refere-se a aplicações à vista sobre instituições de crédito no país.

12 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica no montante de Euros 320.000 (2006: Euros 848.947), refere-se a depósitos com pré-aviso efectuados junto do Banco Mais, S.A..

13 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Obrigações de caixa:</i>		
Residentes	100	100

À data de 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Obrigações de caixa é analisada como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Taxa de juro	Número de obrigações	Montante Euros	Data de reembolso
<i>Obrigações de caixa:</i>					
Banco Mais 2004/2011 juro suplementar	Dez/04	Taxa fixa 2,5% + juro suplementar	2	100	Dez/11

Banco Mais 2004/2011

As obrigações Banco Mais 2004/2011 vencem juros a uma taxa constituída por uma componente fixa e outra variável (juro suplementar). Os juros relativos à componente fixa são pagos anualmente à taxa de 2,5%. Os juros suplementares são calculados em função dos resultados líquidos obtidos no exercício e pagos anualmente. O juro suplementar é calculado com base numa proporção calculada em função da relação entre os resultados líquidos e o capital social do Banco Mais, S.A. à data da subscrição da qual resultou para 2007 a taxa de 17,5% sobre os resultados líquidos.

14 Investimentos em subsidiárias e associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Participações financeiras em subsidiárias:</i>		
Instituições de crédito no País		
Banco Mais, S.A.	85.064.773	85.064.773
Outras empresas		
Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.	1.998.196	1.998.196
Margem – Mediação de Seguros, Lda.	129.064	129.064
Tecnicrédito Cayman, Inc.	100.000	100.000
Tcc Investments Luxembourg, SARL	12.500	-
	2.239.760	2.227.260
	87.304.533	87.292.033
<i>Participações financeiras em associadas:</i>		
Instituições de crédito no estrangeiro		
Galo, S.A.	15.887.690	-
	15.887.690	-
	103.192.223	87.292.033
	87.304.533	87.292.033

O montante de Euros 85.064.773, representa a participação financeira de 100% no capital social do Banco Mais, S.A.. Esta participação é contabilizada pelo método de consolidação integral, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A..

O montante de Euros 1.998.196, representa a participação financeira de 100% no capital social da Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A.. Esta participação é contabilizada pelo método de consolidação integral, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A., de acordo com as instruções do Banco de Portugal.

O montante de Euros 129.064, representa a participação financeira de 100% no capital social da Margem – Mediação de Seguros, Lda.. Esta participação é contabilizada pelo método de consolidação integral, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A..

O montante de Euros 100.000, representa a participação financeira de 100% no capital social da Tecnicrédito Cayman, Inc. relativa a 100.000 acções valorizadas ao custo de aquisição. Esta participação é contabilizada pelo método de consolidação integral nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A..

O montante de Euros 12.500, representa a participação financeira de 100% no capital social da Tcc Investments Luxembourg, SARL relativa a 100 acções valorizadas ao custo de aquisição. A Tcc Investments Luxembourg, SARL foi constituída a 10 de Dezembro de 2007. Esta participação é contabilizada pelo método de consolidação integral nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A..

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 30% no capital do Galo, S.A., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 8.177.049. A 21 de Julho de 2007, ocorreu um aumento do capital social do Galo, S.A. no qual a Tecnicrédito SGPS, S.A. contribui no montante de Euros 7.710.641 passando a sua participação a valorizar o montante de Euros 15.887.690. Esta participação é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Tecnicrédito SGPS, S.A..

Em Outubro de 2006, a Tecnicrédito SGPS, S.A. vendeu ao Banco Mais, S.A. uma participação financeira no capital do Bank Plus Bank Zártkörűen Működő Részvénytársaság, relativa a 1.500 acções valorizadas ao custo de aquisição.

15 Activos e passivos por impostos correntes

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	<u>Euros</u>
<i>Carga fiscal imputada (dotações):</i>	
Exercício de 2005	2.071.464
Exercício de 2006	-
Exercício de 2007	1.040
<i>Carga fiscal paga:</i>	
Exercício de 2005	1.473.692
Exercício de 2006	1.114.157
Exercício de 2007	12.233
<i>Diferença</i>	
<i>(a receber)</i>	
Exercício de 2006	1.114.157
Exercício de 2007	11.193

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A provisão para impostos sobre lucros para a Tecnicrédito SGPS, S.A. foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

16 Activos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2007		2006	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Dividendos recebidos	15.428	-	15.428	-
Provisões não aceites	33.125	-	23.681	-
Prejuízos fiscais reportáveis	75.708	-	23.685	-
	124.261	-	62.794	-
Impostos diferidos líquidos	124.261	-	62.794	-

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
	Saldo em 1 de Janeiro	62.794
Reconhecido em resultados	61.467	22.209
Reconhecido em reservas	-	(815)
Saldo em 31 de Dezembro	124.261	62.794

O saldo de imposto diferido activo a 31 de Dezembro de 2006, inclui o montante correspondente ao efeito do ajustamento de transição resultante da adopção das NCA, por contrapartida de resultados transitados e reservas.

17 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.	1.000.000	3.480.000
Despesas com custo diferido	-	50.779
Outros rendimentos a receber	59.538	25.061
Outras contas de regularização	6.129	6.302
	<u>1.065.667</u>	<u>3.562.142</u>

A rubrica Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A., no montante de Euros 1.000.000 (2006: Euros 3.480.000) refere-se a empréstimos concedidos de apoio à tesouraria.

A rubrica Despesas com custo diferido refere-se à mensualização das despesas referentes a juros e comissões, incorridas com a emissão de papel comercial que estão a ser periodificadas ao longo do período de vida da emissão.

18 Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica no montante de Euros 31.943 (2006: Euros 10.492) refere-se a débitos para com instituições de crédito realizados junto de instituições de crédito no País.

De acordo com o prazo remanescente das operações, esta rubrica pode ser analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Duração indeterminada (descobertos bancários)	<u>31.943</u>	<u>10.492</u>

19 Provisões

Esta rubrica, no montante de Euros 125.000 (2006: Euros 100.000) refere-se a provisões para outros riscos e encargos constituídas para fazer face a riscos decorrentes da actividade da Sociedade.

Os movimentos desta rubrica são analisados como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	100.000	89.362
Dotações do período	25.000	10.638
Saldo em 31 de Dezembro	125.000	100.000

20 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007 Euros	2006 Euros
Banco Mais, S.A.	25.456	100.000
Encargos a pagar de recursos alheios	28.734	60.419
Outros encargos a pagar	21.126	20.911
Fornecedores	10.048	-
Outros passivos	63	7.627
	<u>85.427</u>	<u>188.957</u>

A rubrica Banco Mais, SA. no montante de Euros 25.456 (2006: Euros 100.000) refere-se a um empréstimo de apoio à tesouraria.

21 Capital

O capital social de Euros 17.500.000 representado por 17.500.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 31 de Dezembro de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A., é detida em 53,573% pela Auto – Industrial, S.A.

22 Reserva legal

A Tecnicrédito SGPS, S.A., reforça anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Nos termos da legislação portuguesa, esta reserva não está, normalmente, disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função dos resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, deverá ser afecto à reserva legal o montante aproximado de Euros 1.677.473.

23 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
<i>Reservas de justo valor:</i>		
Saldo inicial	-	(2.147)
Variações de justo valor	-	2.147
	<hr/>	<hr/>
	-	-
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva legal	8.861.550	7.675.197
Outras reservas e resultados transitados	61.358.049	55.580.875
	<hr/>	<hr/>
	70.219.599	63.256.072
	<hr/>	<hr/>

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos por operações de cobertura.

24 Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2007	2006
	Euros	Euros
Compromissos assumidos por terceiros	118.058	1.171.004

25 Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2007 e eventos subsequentes

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 30% no capital do Galo, S.A., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 8.177.049. A 21 de Julho de 2007, ocorreu um aumento do capital social do Galo, S.A. no qual a Tecnicrédito SGPS, S.A. contribui no montante de Euros 7.710.641 passando a sua participação a valorizar o montante de Euros 15.887.690. O grupo financeiro Galo, S.A., é detido em 70% pela Société Générale e em 30% pela Tecnicrédito SGPS, S.A..

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 30% no capital da Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, S.A., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 309.643. A 25 de Julho de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. vendeu a participação que detinha na Dial – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, S.A. pelo seu valor de aquisição ao Banco Pecúnia, S.A..

Em 27 de Março de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. adquiriu uma participação financeira de 10% no capital da Credial – Empreendimentos e Serviços Ltda., valorizada ao custo de aquisição, pelo montante de Euros 287.806. A 25 de Julho de 2007, a Tecnicrédito SGPS, S.A. vendeu a participação que detinha na Credial – Empreendimentos e Serviços Ltda. pelo seu valor de aquisição ao Banco Pecúnia, S.A..

A Tcc Investments Luxembourg, SARL. foi constituída em 10 de Dezembro de 2007. A Sociedade tem como objecto social o exercício de toda e qualquer actividade desde que permitida por lei.

26 Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos		Movimento no exercício de 2007			
		à data de		Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário
		31-12-07	31-12-06				Euros
Membros de Órgãos Sociais							
<i>Acções:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	522.135	522.135	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	227.155	227.155	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	Administrador	1.738.750	1.738.750	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes	Administrador	455.000	455.000	-	-	-	-
<i>Obrigações:</i>							
Mário Raul Leite Santos	Administrador	8.207	8.207	-	-	-	-
Manuel Cardoso Pinto Marta	Administrador	3.683	3.683	-	-	-	-
Manuel Carlos de Carvalho Fernandes	Administrador	10.081	10.081	-	-	-	-
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-
Vítor Manuel Farinha Nunes	Administrador	2.638	2.638	-	-	-	-

À data de 31 de Dezembro de 2007, os créditos detidos pela Sociedade sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos estão discriminados nas notas correspondentes.

27 Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados por segmentos

Dada a natureza da actividade, a Sociedade, concentra-se num único segmento de negócio que é o da Gestão de participações financeiras.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, as subsidiárias da Tecnicrédito SGPS, S.A. actuam com especial enfoque nos mercados Português, Espanhol, Húngaro e Brasileiro, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de outros mercados. Os proveitos e activos registados na Sociedade provenientes dos diferentes mercados geográficos encontram-se discriminados nas notas 4 e 14.

28 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas normas não são aplicáveis às demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “*comprehensive income*”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Sociedade decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A Sociedade não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11, IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para a Sociedade a partir de 1 de Janeiro de 2008.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a Sociedade a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

29 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.